



SICOOB CREDIGUAÇU

SICOOB CREDIGUAÇU

1875

R F S A

Ferrovale

Relatório
Anual **2025**

 **SICOOB CREDIGUAÇU**



O melhor +++
aplicativo
+++ do mercado
financeiro
é do Sicoob!

Vencedor do **20/25** PRÊMIO BANKING TRANSFORMATION

SICOOB CREDIGUAÇU

EXPEDIENTE

SICOOB CREDIGUAÇU
Cooperativa de Crédito Crediguaçu -
Sicoob Crediguaçu
Sede Administrativa:
Rua Conselheiro Antônio Prado, 544,
Centro - Descalvado/SP
crediguacu@crediguacu.com.br

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gestão 2025-2029

Antônio Carlos de Mello
Presidente

Conselheiros Vogais
Eduardo Luís Caramori Botaro
Eraldo José Zoia
Irineu Waldemar Bellazzi Neto
Marcos Eduardo Pinese
Maurício Antonio Dotta e Silva

DIRETORIA EXECUTIVA

Mauro Benedito de Lima
Diretor-Presidente

Carlos Alberto Bianchi
Diretor de Negócios

Gustavo Bianchi Izepe
Diretor Administrativo-Financeiro

Flávio Henrique Fernandes
Diretor de Riscos e Conformidade

CONSELHO FISCAL
Gestão 2025-2028

Membros Efetivos
Edgard Andreazi Moreira
Fernando Antônio Maciel
Paulo Afonso Gabrielli

PRODUÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO

Unidade de Comunicação e Marketing
Sicoob Crediguaçu

JORNALISTA RESPONSÁVEL

José Augusto Cavalcante Navas
(MTB 62012/SP)

REDAÇÃO

Carolina de Santi Ferreira
José Augusto Cavalcante Navas
Pedro Henrique de França Silva

COMPOSIÇÃO E ARTE FINAL

Matheus Galleti Lima
Otavio de Oliveira
Thiago do Pinho Mariani

FOTOS

Marcos Mesquita Moretin
Otavio de Oliveira



▶ **05** Mensagem do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva

▶ **29** Resultado Econômico Social

▶ **31** Resultados

▶ **33** Receita de Produtos e Serviços

▶ **35** Relatório da Administração

▶ **37** Relatório da Auditoria

▶ **40** Demonstrações Financeiras

▶ **45** Notas Explicativas

▶ **74** Parecer do Conselho Fiscal

SUMÁRIO



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA

Prezados Cooperados,

É com grande satisfação que apresentamos aos cooperados os resultados alcançados pelo Sicoob Crediguaçu em 2025, um ano marcado por desafios econômicos no país, com juros elevados, inflação persistente e retração do consumo. Mesmo diante de um cenário desafiador, nossa Cooperativa manteve sua trajetória de crescimento sustentável, reafirmando a força do cooperativismo e a confiança dos nossos associados.

Importante mencionar que 2025 marcou também o início da vigência plena da Resolução CMN nº 4.966, cujas novas exigibilidades demandaram adaptações operacionais e um nível maior de provisionamento contábil. Mesmo assim, preservamos nossa solidez e seguimos distribuindo valor aos cooperados.

Encerramos o exercício com conquistas expressivas. Nossos Ativos atingiram R\$ 1,98 bilhão. O Capital Social cresceu 17,48%, impulsionado pela campanha Cotas da Sorte, o que reforça o compromisso dos cooperados com o fortalecimento da instituição. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 273,8 milhões. A Carteira de Depósitos evoluiu em 26,11%, refletindo maior confiança em nosso portfólio de aplicações.

No Crédito, mesmo com um ambiente marcado por desafios e ajustes regulatórios, registramos evolução em nossa carteira que somou R\$ 783,8 milhões no período. A Receita Bruta das Operações de Crédito cresceu 29,84%, chegando a R\$ 180,7 milhões, enquanto os produtos e serviços – impulsionados por campanhas próprias de incentivo – registraram crescimento de 18,74%, totalizando R\$ 40,9 milhões.

Esses movimentos, somados ao empenho de nossos times, resultaram no maior resultado da história da Cooperativa: foram R\$ 56,5 milhões de sobras antes das destinações estatutárias, um crescimento de 47,43% em comparação ao exercício anterior.

Nosso quadro social cresceu 5,78%, alcançando 48.362 associados. Uma adesão expressiva que refor-

ça que mais pessoas físicas e jurídicas reconhecem no cooperativismo um caminho seguro, humano e sustentável para os seus negócios. Também seguimos investindo em nossa equipe através de capacitações, fortalecendo competências técnicas e melhorando a experiência de atendimento em todos os canais.

Em 2025, avançamos na modernização de processos e plataformas, abrindo caminho para um novo ciclo de desenvolvimento. Iniciamos um novo planejamento estratégico, desta vez alinhado aos demais níveis do Sistema Sicoob, desenvolvendo ações estratégicas e garantindo crescimento sólido, responsável e sustentável para os próximos anos.

Revitalizamos e modernizamos as agências de Itapetininga, Salto e Jundiá, adotando o novo padrão da marca e ampliando o conforto dos ambientes. A unidade de Jundiá, inclusive, tornou-se a primeira da Cooperativa instalada em um shopping center, ampliando nossa presença em áreas de grande fluxo e conveniência ao público.

Celebramos importantes resultados em campanhas comerciais e ações de investimento social, refletindo nosso compromisso com as comunidades e com o desenvolvimento regional.

Agradecemos profundamente a confiança dos cooperados, o trabalho dedicado dos colaboradores, o comprometimento dos dirigentes e o apoio dos conselhos. Cada conquista é fruto desse grande esforço coletivo.

Seguimos orgulhosos da trajetória construída e motivados para mais um ano de realizações. Com união, propósito e cooperação, continuaremos avançando, oferecendo soluções financeiras seguras e promovendo prosperidade para todos.

Muito obrigado!



Central Administrativa do Sicoob Crediguaçu, 2025
Descalvado/SP

- Presidente:** Antonio Carlos de Mello.
- Membros Vogais:** Eduardo Luis Caramori Botaro, Eraldo José Zoia, Irineu Waldemar Bellazzi Neto, Marcos Eduardo Pinese, Mauricio Antonio Dotta e Silva.
- Diretor-Presidente:** Mauro Benedito de Lima.
- Diretor de Negócios:** Carlos Alberto Bianchi.
- Diretor Administrativo-Financeiro:** Gustavo Bianchi Izepppe.
- Diretor de Riscos e Conformidade:** Flávio Henrique Fernandes.



Crediguaçu revitaliza e eleva padrão das agências de Itapetininga, Salto e Jundiaí

Em 2025, três agências do Sicoob Crediguaçu foram contempladas com obras de revitalização e passaram a oferecer uma experiência mais confortável e alinhada ao novo padrão das agências.

As unidades de Itapetininga e Salto, inauguradas em 2018, passaram a adotar o novo padrão de ambientação do Sicoob com cores e mobiliários mais leves e modernos. Já o Posto de Atendimento de Jundiaí mudou de endereço e é a primeira agência da Crediguaçu instalada dentro de um shopping center.

Em todos os espaços, cooperados e colaboradores dispõem de ambientes mais funcionais e acolhedores, com recursos modernos, com visual renovado e tecnologias que reforçam a identidade

de da Cooperativa.

Em Itapetininga, a agência foi totalmente revitalizada, recebendo novos layouts e um projeto arquitetônico que valoriza a convivência. A unidade também passou a contar com a CrediHouse, uma sala exclusiva destinada a reuniões, encontros e pesquisas, como já acontece em outras seis agências da Cooperativa.

Em Salto, a reestruturação contemplou tecnologia, modernidade e ambientes reorganizados para deixar o atendimento mais ágil e prático. O resultado é uma unidade mais confortável para colaboradores e mais prática para quem busca soluções financeiras no dia a dia.

Já em Jundiaí, a Crediguaçu agora está instalada no Maxi Shopping, o novo espaço aumenta a visibilidade da mar-

ca, amplia o alcance regional e oferece maior conveniência à rotina dos cooperados, que passam a contar com atendimento em um local de fácil acesso, com mais conforto.

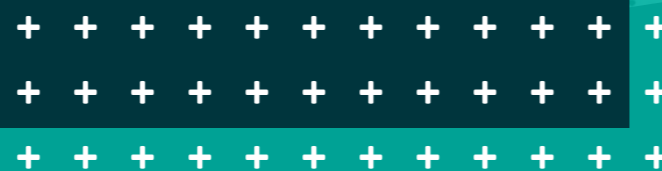
Em todas as reformas, as unidades receberam novas salas de atendimento, áreas de espera mais confortáveis e terminais de autoatendimento com horário ampliado.

Mais do que obras, essas revitalizações representam um avanço importante na forma como a Crediguaçu se apresenta e se relaciona com suas comunidades. Elas integram um ciclo de melhorias contínuas que está sendo aplicado em todas as unidades, elevando a qualidade do atendimento e fortalecendo a presença da Cooperativa.

Salto



Itapetininga



Jundiaí



Cotas da Sorte capitaliza R\$ 9 milhões e celebra resultados ao lado dos cooperados

Adriano Augusto Dal Pietro Gomes

Anaras



A Campanha Cotas da Sorte Crediguaçu consolidou-se como uma das principais estratégias de fortalecimento da participação dos associados, estimulando o engajamento e reforçando o sentimento de pertencimento à Cooperativa. Com duas edições anuais, a iniciativa alcançou R\$ 9,0 milhões em integralizações de capital ao longo de 2025, contribuindo diretamente para o fortalecimento do Capital Social e do Patrimônio Líquido no exercício. O desempenho reflete a crescente adesão e a confiança dos cooperados na solidez da Crediguaçu.

A cada semestre, a campanha distribui mais de uma centena de prêmios instantâneos, além de uma motocicleta e um carro zero quilômetro por edição. Em 2025,

os grandes contemplados foram *Adriano Augusto Dal Pietro Gomes*, de Araras, e a empresa *Fermaq Ferramentaria e Usinagem Ltda*, de Salto, que levaram as motocicletas. Já os automóveis zero quilômetro ficaram com *Marcos Baptistella Filho*, também de Araras, e *Antonio Carlos Carmona*, de Leme.

As entregas dos prêmios são sempre marcadas por celebração e integração. Em cada cidade, a Crediguaçu prepara as cerimônias com grande estilo e com direito a desfiles pelas ruas das cidades, balões, som e muita alegria. São momentos especiais que celebram a relação de confiança entre cooperativa e associados e destacando o compromisso da instituição em valorizar quem acredita e investe no cooperativismo.



Fermaq Ferramentaria e Usinagem Ltda

Salto



Marcos Baptistella Filho

Anaras



Antonio Carlos Carmona

Leme



Cooperados conquistam *experiências* com as campanhas da Crediguaçu

Em 2025, o Sicoob Crediguaçu transformou a rotina financeira dos cooperados em novas oportunidades de participação, relacionamento e reconhecimento. Três campanhas, sendo duas focadas em serviços e outra voltada às linhas de financiamentos, impulsionaram o uso das soluções financeiras da Cooperativa, conectando benefícios reais, praticidade no dia a dia e a possibilidade de ganharem prêmios.



Serviços em DESTAQUE

A campanha de cartões “*Diversão em Dobro*” premiou cooperados que usaram a modalidade crédito com tablets em diferentes cidades. Já a “*Operação Boleto Premiado*” estimulou empresas a ampliarem a emissão de boletos através da Cobrança Bancária Sicoob, resultando em maior aderência ao serviço e premiando as empresas contempladas com um notebook Intel Core i7. Ambas as ações abrangeram as quatro regiões de atuação da Crediguaçu, reforçando a capilaridade da cooperativa e distribuindo os prêmios em diferentes municípios do estado.



Financiamentos que VIRAM CONQUISTAS

A campanha “*Conquistas que Valem Prêmios*” foi direcionada aos cooperados que contrataram financiamentos nas linhas de crédito rural, energia fotovoltaica e veículos. Cada modalidade garantiu aos participantes a chance de concorrer prêmios exclusivos como Smart TVs de 55” ao rural, aparelho de ar-condicionado ao fotovoltaico e um vale-viagem de R\$ 10 mil, com sugestão de destino para o Nordeste, para quem contratou o financiamento de veículos.



Mais do que prêmios: *relacionamento e cooperação*

Além de estimular o uso de soluções financeiras pensadas para os planos de famílias e empresas, as ações reforçaram os diferenciais competitivos e as vantagens do Sicoob Crediguaçu. Ao unir experiência positiva, vantagens financeiras e reconhecimento, a cooperativa fortalece relacionamentos, amplia o engajamento e consolida o compromisso de caminhar lado a lado dos seus cooperados.





SIPAG EM ROTA ESTRATÉGICA

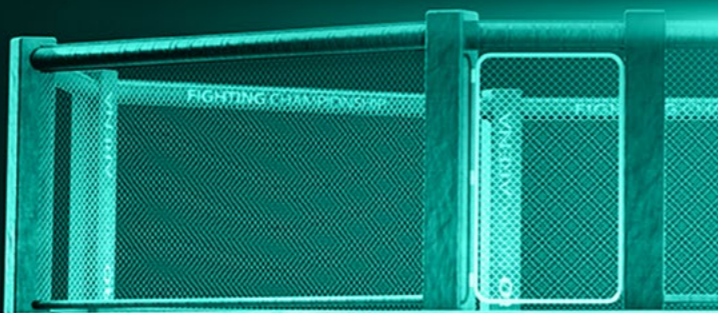
Em 2025, a Crediguaçu avançou em sua estratégia de expansão comercial ao firmar uma parceria com o Centro Corporativo Sicoob (CCS) para potencializar a atuação da SIPAG em regiões estratégicas de sua área de ação. A iniciativa ampliou o alcance das soluções de meios de pagamento da cooperativa e reforçou sua capacidade de apoiar empreendedores locais. Com o projeto Hunter Sipag, a cooperativa passou a contar com um suporte comercial mais especializado, direcionado à prospecção ativa, ao fortalecimento do relacionamento com cooperados e à ampliação de oportunidades de negócios. Esse movimento também permitiu reconquistar cooperados e ampliar a presença do meio de aquisição como parte de um portfólio cada vez mais completo e alinhado às necessidades dos negócios atendidos.



A parceria evidenciou o compromisso da Crediguaçu com soluções personalizadas, eficientes e conectadas à evolução do mercado. Além de reforçar a presença territorial da cooperativa, a atuação comercial dedicada contribuiu para entregar um atendimento mais próximo, consultivo e orientado à geração de valor para empreendedores e empresas associadas.

DESTAQUE NA ULTIMATE CONSÓRCIOS 2025

A Crediguaçu alcançou um desempenho expressivo na 'Ultimate Consórcios', iniciativa promovida pelo Sistema Sicoob, ao operacionalizar R\$ 9,2 milhões em vendas de consórcios logo no primeiro semestre. O volume de negócios colocou a Cooperativa na 22ª posição entre instituições do mesmo porte em todo o Brasil, reforçando a competitividade e capacidade de oferta de soluções adequadas aos cooperados. O resultado também trouxe reconhecimento individual. Gustavo Zero, colaborador do Posto de Atendimento de Pirassununga, recebeu o distintivo de Honra ao Mérito pelo desempenho e ganhou uma viagem a Brasília/DF para conhecer o Centro Cooperativo Sicoob. Mais do que números, o desempenho evidencia o compromisso da Crediguaçu em ampliar o acesso a soluções financeiras responsáveis, seguras e alinhadas às necessidades dos cooperados, fortalecendo a relação de confiança que sustenta o modelo cooperativista.



CRV
CAMPANHA REGIONAL DE VENDAS 2025

PRÊMIO
EXCELÊNCIA EM GESTÃO DE PESSOAS

CRS
Campanha Regional de Sustentabilidade

SICOOBSP



OFERTA DE SOLUÇÕES AOS COOPERADOS RENDE RECONHECIMENTO EM CAMPANHA REGIONAL DO SICOOB-SP



Crediguaçu é destaque pelo desempenho na comercialização de Consórcios, SIPAG e Seguros Gerais

A força da nossa Cooperativa também se mede pela capacidade de transformar soluções em conquistas. Em 2025, o Sicoob Crediguaçu celebrou um resultado expressivo na Campanha Regional de Vendas, promovida pela Central Sicoob-SP, ao conquistar cinco troféus pelo desempenho em produtos e serviços que geram valor no dia a dia dos cooperados. Com receita total de R\$ 40,8 milhões em produtos e serviços no ano, a Cooperativa foi reconhecida na categoria Porcentagem de Produtos pelo desempenho dos Consórcios e SIPAG, e na categoria Superação pelos resultados em Consórcios, Seguros Gerais e SIPAG. Cada premiação representa mais do que um reconhecimento: confirmou a consistência de um trabalho construído com estratégia, preparo e proximidade com o cooperado.

As conquistas revelam o empenho das equipes dos Postos de Atendimento que, diariamente, apresentam oportunidades, orientam escolhas e ajudam a viabilizar projetos e negócios. Com apoio da Unidade de Estratégias e Negócios, os profissionais passaram por treinamentos, capacitações e campanhas internas que fortaleceram ainda mais o conhecimento sobre as soluções oferecidas pela Crediguaçu. O resultado vai além dos troféus. Ele reflete a satisfação de participar da realização de sonhos, apoiar novos negócios e mostrar, na prática, que o cooperativismo oferece caminhos sólidos, próximos e vantajosos para quem busca crescer com segurança. Na Crediguaçu, cada conquista comercial carrega um significado maior: o de gerar oportunidades reais para os cooperados e seguir construindo, juntos, uma trajetória de desenvolvimento.

O AGRO ESTÁ NO DNA DA CREDIGUAÇU

O ano de 2025 marcou o reencontro da Crediguaçu com sua origem mais forte: o agronegócio. Em um cenário de desafios e oportunidades para quem produz, a Cooperativa reforçou sua presença no campo ao promover encontros com produtores, ampliar soluções financeiras e estando ao lado de quem move a economia e alimenta o país. Um retorno estratégico ao DNA que une a Crediguaçu à produção rural.



Encontros que aproximam e fortalecem



Para ouvir, orientar e construir soluções junto ao produtor, a Crediguaçu foi a campo e promoveu uma série de encontros com produtores em cinco cidades. As reuniões criaram um ambiente para trocar experiências,

entender demandas e apresentar novidades importantes para o setor.

Foram nessas oportunidades que os produtores conheceram novas linhas de Crédito Rural para custeio e investimento, programas como Pronaf e Pronamp, opções de Consórcios para veículos, máquinas e equipamentos, além de seguros voltados à proteção da produção e do patrimônio rural. A Crediguaçu também apresentou avanços em produtos, campanhas promocionais e soluções conectadas às necessidades do campo.

Os encontros também reforçaram pilares essenciais do cooperativismo: educação, conscientização e compromisso com o desenvolvimento sustentável. Os temas de Educação Cooperativista e Ambiental tiveram papel central nas conversas, mostrando que a atuação da Crediguaçu vai além das operações financeiras e impacta diretamente o território e a vida das pessoas.



Soluções que acompanham a evolução do campo

Vale lembrar que a Crediguaçu ampliou sua oferta para atender perfis de agro cada vez mais diversificados. No segmento de Consórcios, além das modalidades tradicionais para veículos e máquinas, a Cooperativa passou a oferecer planos para aquisição de kits solares, drones, aeronaves agrícolas e veículos de transporte de cargas.

Os Seguros Agro também ganharam protagonismo, com coberturas voltadas para cultivos, equipamentos, maquinários e eventos climáticos, reforçando a preocupação da Cooperativa com a continuidade e a segurança de cada produção.

Um ano que reconecta a Cooperativa às suas raízes

Cada encontro, orientação ou parceria construída reforçam o compromisso da Crediguaçu com quem trabalha de sol a sol, enfrenta riscos, cuida da terra e sustenta uma das principais economias do Brasil. Nossa conexão com o Agro continua viva, presente e é fundamental para o futuro da Crediguaçu e de seus cooperados.

Presença marcante na Agrishow 2025

A Crediguaçu está presente onde o agro acontece e participou da Agrishow 2025, em Ribeirão Preto. Em um estande preparado para receber cooperados, parceiros e empresas do setor, dirigentes e equipes da Cooperativa construíram e estreitaram relacionamentos, orientaram negócios e apresentaram as soluções pensadas para a produtividade e o crescimento do produtor rural.



Criança Coopera pega a estrada e leva educação financeira, atividades lúdicas e solidariedade a diferentes cidades



Conchal, Tatuí, Descalvado e São Simão, reforçando não apenas o compromisso com a comunidade, mas também a solidariedade. Em Tatuí, a Crediguaçu colocou em prática o princípio da intercooperação ao convidar o Sicoob Crediceripa para participar da ação como parceiro.

A solidariedade é um pilar central do evento: os ingressos para o passeio no trem são trocados por quilos de alimentos, posteriormente destinados aos fundos sociais de cada município. Somente em 2025, o projeto arrecadou cerca de 2,8 toneladas de alimentos, fortalecendo seu impacto social e ajudando diretamente quem mais precisa. Outro destaque é o engajamento dos Voluntários Transformadores, colaboradores e dirigentes que dedicam seu tempo e energia para tornar cada edição especial. Eles são testemunhas diretas da alegria das crianças e do impacto real que a ação gera nas comunidades. O Criança Coopera segue se consolidando como uma iniciativa que vai muito além do entretenimento. Em 2025, o projeto reafirmou a capacidade da Crediguaçu de crescer com proximidade, fortalecer sua marca por meio do cooperativismo vivido na prática e transformar presença institucional em relacionamento genuíno com as comunidades onde atua.

Criado em 2022, durante as comemorações dos 30 anos da Crediguaçu, o Criança Coopera ampliou seu alcance e ganhou caráter regional em 2025, chegando a novas cidades da área de atuação da Cooperativa. Com o apoio fundamental dos voluntários, o evento segue levando educação financeira, atividades lúdicas e integração a milhares de crianças e famílias. Um dos principais atrativos é o Trenzinho da Crediguaçu, que se tornou símbolo do projeto. Além de garantir momentos de alegria, ele funciona como uma verdadeira ferramenta de edu-

cação financeira. A cada passeio, dezenas de pessoas são impactadas com conteúdos da Coleção Financinhas, do Instituto Sicoob, enquanto desfrutam de música, interação e aprendizado de forma leve e divertida. As edições também oferecem uma série de atividades para toda a família, como pintura facial, brincadeiras clássicas reinventadas — entre elas o “pega-gatinho” e a “boca da Margot” — além da distribuição gratuita de pipoca, algodão-doce, água e materiais educativos. Em 2025, o Criança Coopera passou por Santa Cruz da Conceição, Ibaté,



Sicoob Crediguaçu amplia participação no Concurso Cultural e engaja mais de 1,6 mil alunos



Ao longo de 2025, o Concurso Cultural reafirmou o compromisso do Sicoob Crediguaçu com o 5º princípio do cooperativismo (Educação, Formação e Informação). Mais do que reconhecer talentos, a iniciativa fortaleceu vínculos com as comunidades, ampliou a presença institucional da cooperativa e contribuiu para levar os valores do cooperativismo às novas gerações.



Um dos programas de maior conexão com as comunidades dentro do portfólio do Instituto Sicoob, o Concurso Cultural se consolidou também, em 2025, como uma importante iniciativa para o Sicoob Crediguaçu. Nesta edição, a cooperativa registrou crescimento de 75% em relação ao ano anterior, ampliando seu alcance e envolvendo mais de 1,6 mil estudantes do Ensino Fundamental.

A Crediguaçu convidou 14 escolas das cidades de Descalvado, Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo e São Simão para participarem do programa. Ao longo da iniciativa, alunos dos 3º, 5º, 7º e 9º anos foram mobilizados a refletir sobre valores essenciais para a vida em sociedade, em uma experiência que aproximou ainda mais a cooperativa do ambiente escolar e das comunidades onde atua.

Com o tema “Diversidade que Soma, Cooperação que Multiplica”, o concurso incentivou reflexões sobre respeito, convivência, sustentabilidade e construção coletiva. Os trabalhos foram divididos por categoria, de acordo com a faixa etária e a etapa de ensino, e resultaram em desenhos, textos narrativos, poemas e tiras em quadrinhos produzidos com criatividade e sensibilidade pelos estudantes.

A trajetória dos participantes ganhou destaque em 21 de outubro, quando a Crediguaçu realizou a Cerimônia de Reconhecimento e Premiação, em sua Sede Administrativa, em Descalvado, reunindo alunos, familiares, professores, representantes das escolas, dirigentes da cooperativa e autoridades municipais.

Durante a solenidade, os estudantes receberam certificados e medalhas, e os selecionados para a fase regional foram presenteados com kits escolares completos. As escolas participantes também receberam uma caixa de som cada, em reconhecimento à parceria e ao envolvimento ao longo do projeto.



“DOE CALOR, COOPERE COM AMOR” ARRECADA 5,1 MIL PEÇAS

Entre as iniciativas que marcaram 2025, a campanha *Doe Calor, Coopere com Amor* ocupa posição de destaque ao reunir colaboradores e associados em uma mobilização solidária. Essa foi a 4ª edição da mobilização que aconteceu em 32 cidades e alcançou 5,1 mil peças entre roupas, calçados, cobertores e demais itens de inverno destinadas aos fundos sociais



e instituições de caridade para incrementar as campanhas de agasalhos dos municípios participantes.

SE LIGA^{ON} finanças



Se você quer aprender ainda mais sobre como lidar com as suas finanças, aproveite e conheça os cursos da plataforma *Se Liga Finanças ON*, são online e gratuitos!

1 Acesse: seligafinancas.institutosicoob.org.br

2 Preencha: Seus dados

3 Selecione: 3194 – Sicoob Crediguaçu

Como a cooperativa que recomendou o curso.

Curso rápido e com certificado!

EDUCAÇÃO FINANCEIRA GANHA ESPAÇO NAS ESCOLAS E AMPLIA A PRESENÇA DA CREDIGUAÇU EM DESCALVADO

Com lançamento em 2025 e desdobramentos ao longo do segundo semestre, o programa “Financinhas nas Escolas” aproximou cooperativa, educadores e comunidade escolar em uma agenda voltada à formação cidadã na vida escolar.

Em 2025, o Sicoob Crediguaçu ampliou sua atuação no campo da educação ao levar para Descalvado o programa Financinhas nas Escolas, iniciativa do Instituto Sicoob voltada à promoção da educação financeira entre alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O projeto foi apresentado em 28 de julho, durante workshop realizado na sede da cooperativa, reunindo mais de 100 profissionais da Educação entre diretores, coordenadores e professores e marcando o início de uma frente de trabalho conectada à formação cidadã, ao consumo consciente e à construção de escolhas mais responsáveis.

A iniciativa teve um significado especial por ser implementada justamente em Descalvado, berço da Crediguaçu, fortalecendo a presença institucional da cooperativa em sua comunidade de origem. Na cidade, o programa passou a envolver cinco escolas da rede municipal e instituições privadas, em uma proposta alinhada à Base Nacional Comum Curricular e estruturada para integrar, de forma transversal, temas como cooperação, cidadania e consumo consciente ao cotidiano escolar. Só na rede municipal, a estimativa era

de alcance de cerca de 1.600 alunos, com atividades previstas ao longo do segundo semestre.

Com metodologia exclusiva do Instituto Sicoob, o Financinhas nas Escolas foi desenvolvido para apoiar educadores no tratamento de conteúdos financeiros de forma lúdica, acessível e aderente à realidade da infância. A proposta também incluiu a doação de kits com os livros da Coleção Financinhas às bibliotecas das escolas participantes, ampliando os recursos disponíveis para o trabalho pedagógico e reforçando o caráter estruturante da ação no ambiente educacional.

Ao longo do semestre, o programa consolidou-se como uma importante frente de relacionamento entre a Crediguaçu, a rede de ensino e as famílias, ampliando o alcance da cooperativa para além do universo financeiro tradicional. Em seu encerramento, realizado ao final do ciclo letivo em Descalvado, a iniciativa reforçou o valor da educação como instrumento de transformação e desenvolvimento social, evidenciando a capacidade da cooperativa de contribuir com temas que impactam o presente e o futuro das novas gerações.



Cooperação é a melhor forma de CRESCER!



Agenda social da Crediguaçu alcança números recordes e amplia impacto nas comunidades

Com ações do Instituto Sicoob e iniciativas próprias, a cooperativa ampliou seu impacto em educação e cidadania em 2025

A agenda social do Sicoob Crediguaçu ganhou ainda mais força em 2025, com crescimento expressivo no alcance de programas voltados à educação financeira, cooperativista e cidadania. Por meio das soluções do portfólio do Instituto Sicoob e das iniciativas próprias da Cooperativa, milhares de pessoas foram impactadas em um movimento que ampliou o acesso ao conhecimento, fortaleceu vínculos com as comunidades e gerou novas oportunidades de transformação social.

PROGRAMA

FINANÇINHAS

Entre os destaques do período, o **Programa Financinhas** ampliou a presença da educação financeira no ambiente escolar, especialmente pela aplicação do **'Financinhas nas Escolas'** com abordagem lúdica e acessível sobre temas como consumo consciente, escolhas responsáveis e cidadania. Já o **Conhecimento em Foco** fortaleceu a disseminação de conteúdos por meio de palestras a diferentes públicos, promovendo aprendizado e reflexão sobre educação financeira, cooperativismo e empreendedorismo, por exemplo.



Ao longo do ano, foram realizadas **274 ações**, conduzidas com o apoio de **255 voluntários transformadores**, em uma agenda que une propósito, presença local e compromisso com o desenvolvimento humano. Os resultados nas diferentes soluções e programas demonstram esse avanço.

CONCURSO Cultural 2025

O **Concurso Cultural**, por sua vez, mantém papel de aproximação com escolas e famílias ao estimular estudantes a refletirem, de forma criativa, sobre valores cooperativistas e temas relevantes para a convivência em sociedade.

SE LIGA ON finanças

Já a solução **Se Liga Finanças ON** amplia o acesso a conteúdos digitais de educação financeira, oferecendo uma alternativa prática e acessível para públicos de diferentes perfis como pessoas físicas, microempreendedores e investidores.



A Crediguaçu também seguiu viagem com o **Trenzinho da Crediguaçu**, iniciativa já consolidada em sua agenda de relacionamento com as comunidades. Em 2025, os passeios mobilizaram **12,5 mil pessoas**, entre crianças e adultos, que participaram dos nossos passeios em diferentes oportunidades.



O desempenho da agenda social também rendeu reconhecimento à cooperativa na **Campanha Regional de Sustentabilidade do Sicoob-SP**, com quatro troféus conquistados. A Crediguaçu foi destaque nos eixos **Cidadania Financeira e Programas e Soluções Transversais**, além de ter sido reconhecida pela porcentagem de cooperados beneficiados em **Educação Financeira** e em **Educação Cooperativista e Empreendedora**.

Mais do que números, os resultados de 2025 traduzem a força de uma atuação que leva conhecimento, propósito e oportunidades a diferentes regiões de atuação da cooperativa.



TALENTO DA CREDIGUAÇU BRILHA NO GARAGEM SICOOB

A música acompanha Julya Furlan desde a infância. O que começou de forma tímida virou dedicação: aulas de canto, produção de vídeos e o desejo constante de evoluir. Em 2025, essa trajetória ganhou projeção nacional com sua participação na 5ª edição do Garagem Sicoob, realizada em 24 de outubro, no Centro Cooperativo Sicoob (CCS), em Brasília.

Selecionada entre centenas de inscritos, a estagiária da agência de Pirassununga representou a região Sudeste com sua interpretação da música sertaneja.

No palco, viveu uma experiência de aprendizado, visibilidade e integração com talentos de todo o país em um encontro marcado pela celebração da cultura cooperativista.

A presença de Julya no evento reforçou o valor da Crediguaçu em reconhecer e valorizar as pessoas que fazem a cooperativa acontecer todos os dias.



CREDIGUAÇU PREPARA O FUTURO COM TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Cooperativa avançou em atendimento digital, segurança e infraestrutura e para ampliar eficiência e agregar ainda mais valor aos cooperados

A tecnologia sempre fez parte da trajetória do Sicoob Crediguaçu. Em 2025, porém, esse movimento ganhou ainda mais relevância sob o ponto de vista estratégico, consolidando-se como um dos principais pilares para que a cooperativa continue crescendo de forma sustentável, segura e conectada às transformações do mercado.

Um dos marcos mais importantes desse avanço foi a evolução do atendimento digital via WhatsApp, com a implementação de um canal oficial e verificado, integrado aos sistemas internos da cooperativa. A iniciativa

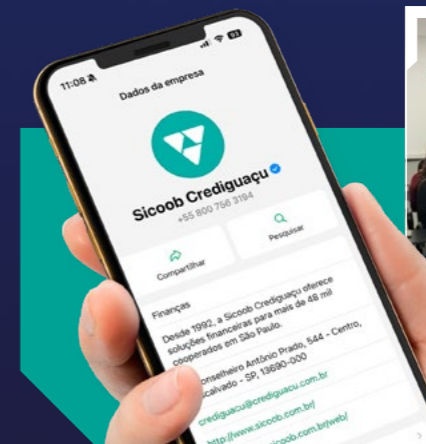
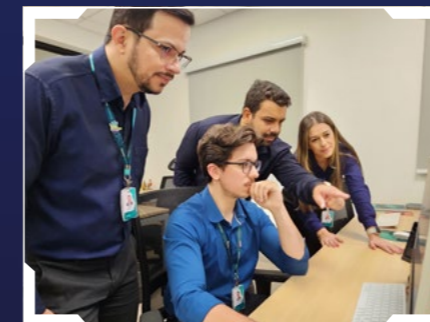
elevou o padrão de segurança nas interações, ampliou a agilidade no relacionamento com os cooperados e contribuiu diretamente para o desempenho dos Postos de Atendimento, especialmente da agência digital, favorecendo a oferta e a contratação de produtos e serviços com ainda mais praticidade.

Sustentando essa evolução, a área de Tecnologia da Informação conduziu avanços estruturais relevantes ao longo do período. A centralização sistêmica e o fortalecimento da cibersegurança, em alinhamento ao planejamento estratégico do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), consolidaram um ambiente mais protegido, estável e preparado para um cenário financeiro cada vez mais dinâmico e digital. Ao mesmo tempo, a modernização da infraestrutura de rede e o suporte tecnológico aos colaboradores garantiram mais desempenho operacional e continuidade dos negócios com segurança.

Outro passo importante foi a incorporação gradual de soluções de inteligência artificial ao ambiente corporativo. Ferramentas como Microsoft Copilot e Adapta passaram a apoiar gestores e equipes em atividades analíticas, operacionais e criativas, promovendo ganhos de produtividade, otimização do tempo e mais eficiência no dia a dia, sempre em ambientes controlados e aderentes às práticas de segurança da informação.

Essa transformação também foi acompanhada por uma jornada de aprendizado. Ao longo do ano, a cooperativa promoveu treinamentos, rodas de conversa e capacitações sobre Inteligência Artificial, incentivando reflexões sobre liderança, inovação, tecnologia e, principalmente, sobre o papel das pessoas em um cenário de transformação digital cada vez mais presente.

Com esses avanços, a Crediguaçu encerrou 2025 ainda mais preparada para evoluir, mantendo-se atenta às mudanças do mercado e atualizada diante das novas possibilidades tecnológicas. Mais do que modernizar processos, a cooperativa reforçou sua capacidade de gerar valor, ampliar eficiência e seguir construindo um futuro cada vez mais conectado às necessidades dos cooperados e das comunidades.



CINCO VEZES GPTW, CULTURA EM CONSTANTE EVOLUÇÃO

Crediguaçu reafirma ações que valorizam pessoas, oportunidades e ambiente de trabalho

Conquistar um reconhecimento já é motivo de celebração. Conquistá-lo por cinco vezes consecutivas é a confirmação de que existe consistência, propósito e compromisso com as pessoas. Em 2025, o Sicoob Crediguaçu celebrou novamente o selo GPTW (Great Place to Work), reforçando sua posição ao entender que crescimento sustentável se constrói a partir das experiências de quem faz a instituição acontecer.

A certificação, como nos anos anteriores, tem como base a percepção dos próprios colaboradores por meio de uma pesquisa estruturada e confidencial que avalia as dimensões do ambiente de trabalho como credibilidade das lideranças, respeito, imparcialidade, orgulho de pertencer e camaradagem. São critérios que ajudam a traduzir, de forma técnica, a qualidade da cultura organizacional e o nível de confiança existente

entre pessoas, equipes e gestão.

Na Crediguaçu, esse reconhecimento reflete um trabalho contínuo para fortalecer o ambiente interno por meio de oportunidades de desenvolvimento, valorização profissional, proximidade entre as lideranças e equipes, escuta ativa e ações voltadas ao bem-estar e à evolução dos colaboradores. Ao longo dos últimos anos, a cooperativa vem consolidando práticas que contribuem para uma experiência de trabalho mais positiva, consistente e alinhada aos seus valores.

O resultado aparece não apenas na conquista da certificação, mas também nos sentimentos revelados pela pesquisa: orgulho, satisfação e senso de pertença.

Para colaboradores e dirigentes, a quinta conquista consecutiva do selo GPTW representa a continuidade de uma evolução sólida. Mais do que manter um reconhecimento, a Crediguaçu demonstra capacidade de amadurecer a cultura organizacional, ampliar oportunidades e seguir formando um ambiente em que as pessoas se sentem respeitadas, estimuladas e parte de algo maior.

5ª VEZ CONSECUTIVA!



SUPER GESTOR DESENVOLVE E FORTALECE A LIDERANÇA E O FUTURO DA CREDIGUAÇU

Programa foi reconhecido no Prêmio Excelência em Gestão de Pessoas do Sicoob-SP

Fortalecer o desenvolvimento das lideranças é investir na força de toda a Cooperativa. É com esse olhar que o Sicoob Crediguaçu consolidou o Programa Super Gestor, uma iniciativa própria voltada à formação de líderes mais preparados, humanos e conectados à cultura cooperativista.

Criado no contexto do Planejamento Estratégico 2022-2024, o programa reúne mais de 50 líderes, entre coordenadores, gerentes, superintendentes, diretores e o presidente do Conselho de Administração, em encontros mensais que promovem aprendizado, troca de experiências e reflexão sobre os desafios da gestão. O Programa Super Gestor se tornou uma oportunidade contínua de desenvolvimento, alinhado às necessidades da cooperativa e à evolução das equipes.

Ao fortalecer competências técnicas e comportamentais, a iniciativa contribui para uma liderança empática, estratégica e preparada para inspirar pessoas e im-

pulsionar os resultados. Os reflexos desse movimento aparecem no clima organizacional, no fortalecimento da cultura interna, na valorização de talentos e na construção de equipes cada vez mais engajadas.

O programa foi destaque no Prêmio Excelência em Gestão de Pessoas do Sicoob-SP, que valoriza cooperativas com boas práticas voltadas à criação de ambientes de trabalho positivos, produtivos e sustentáveis. O reconhecimento com um troféu reforça a consistência do programa e evidencia o compromisso da Crediguaçu com uma gestão de pessoas que olha para o presente e prepara o futuro com solidez.

Com o Programa Super Gestor, a Crediguaçu reafirma a convicção de que lideranças bem desenvolvidas fazem a diferença no dia a dia da cooperativa, fortalecem relações, ampliam resultados e ajudam a construir uma organização cada vez mais sólida, humana e preparada para crescer.

Resultado Econômico Social



Resultado Econômico Social

R\$ 349,5 milhões

Valor Economizado por Cooperado*

R\$ 8,7 mil

No exercício de 2025, o Sicoob Crediguaçu registrou sobra bruta de R\$ 56,598 milhões. Desse valor, foram destinados R\$ 17,845 milhões ao pagamento de juros ao capital, R\$ 3,426 milhões ao PPR dos colaboradores, R\$ 13,092 milhões ao Fundo de Reserva Legal, R\$ 1,454 milhão ao Fates e R\$ 14,544 milhões para atender as exigências de cálculo de provisionamento previstas na Resolução CMN nº 4.966/2021. Após estas deduções, resultou uma sobra de R\$ 6,234 milhões, que serão submetidos à Assembleia Geral para definição de destinação.

Valor adicionado aos Cooperados	35.071.437,57
Resultado Econômico Social	
Valor adicionado aos Fornecedores	35.071.437,57
Água, Energia e Gás	1.134.319,03
Aluguéis	7.152.980,06
Comunicações	1.592.747,25
Manutenção e Conservação	4.242.543,04
Materiais	702.528,15
Processamento de Dados	7.474.078,65
Promoções e Relações Públicas	1.225.682,40
Propagandas e Publicidades	191.144,61
Seguros	389.367,70
Serviços de Terceiros	2.360.046,42
Serviços de Segurança e Vigilância	4.351.447,62
Serviços Técnicos e Especializados	2.803.260,56
Transporte de Valores	1.451.292,08

Valor adicionado aos Empregados	51.680.525,41
Folha de Pagamento	35.258.564,37
Benefícios	12.467.022,32
Bolsas de Estudo	109.606,66
Cursos e Seminários	418.989,77
Participação no Resultado	3.426.342,29
Valor adicionado aos Órgãos Públicos	49.576.173,74
Municipais	940.352,75
IOF	14.823.442,42
INSS	12.451.896,00
IRPF	20.677.123,15
PIS/COFINS	683.359,42
IRPJ/CSLL	—

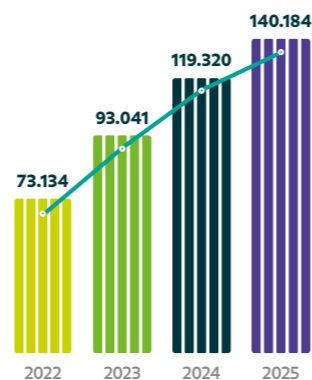
EVOLUÇÃO DOS Indicadores 2025

Evolução do Capital Social

Em milhares de reais



Evolução de **92%** no período.



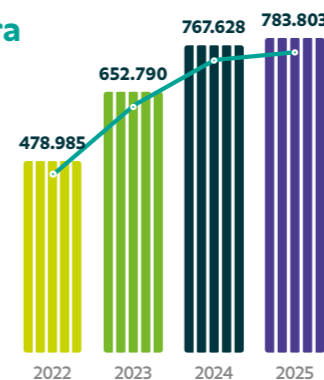
O Capital Social da Cooperativa apresentou crescimento expressivo de **17,48%**, impulsionado principalmente pela campanha Cotas da Sorte, que estimula a participação dos associados na integralização de capital. Com isso, o saldo atingiu **R\$ 140.184.526** ao final de 2025.

Evolução da Carteira das Operações de Crédito

Em milhares de reais



Evolução de **42%** no período.



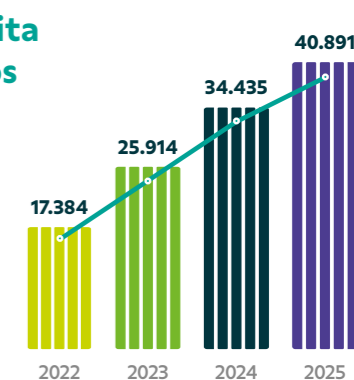
Com adição dos rendimentos provenientes das operações de CPR desde 2023, a Carteira de Crédito atingiu **R\$ 783.803.272** em 2025, representando crescimento de **2,10%** frente ao exercício anterior.

Evolução da Receita Bruta de Produtos e Serviços

Em milhares de reais



Evolução de **135%** no período.



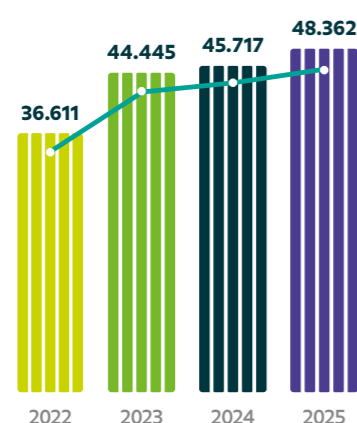
A comercialização de soluções como Cartões, Seguros, Consórcios e SIPAG, por exemplo, contribuiu para o aumento de **18,74%** na Receita Bruta de Produtos e Serviços. O volume apurado no ano de 2025 totalizou **R\$ 40.891.012**.

Quadro de Associados

Em unidade



Evolução de **32%** no período.



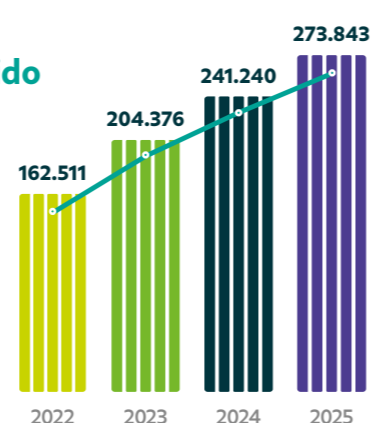
A Cooperativa encerrou 2025 com um total de **48.362** cooperados, sendo 29.800 pessoas físicas e 18.562 pessoas jurídicas. O número representa acréscimo de **5,78%** em relação a 2024.

Evolução do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais



Evolução de **69%** no período.



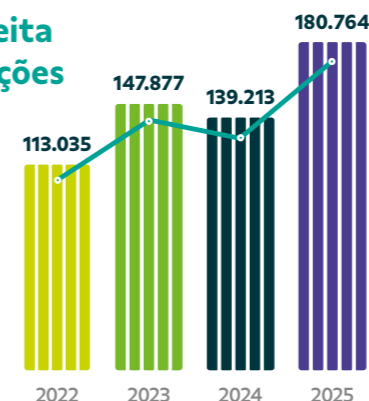
Formado pelo Capital Social, Reservas e Sobras Acumuladas, o Patrimônio Líquido registrou evolução consistente, somando **R\$ 273.843.635** no exercício. O desempenho mostra elevação de **13,37%** em relação ao período anterior.

Evolução da Receita Bruta das Operações de Crédito

Em milhares de reais



Evolução de **60%** no período.



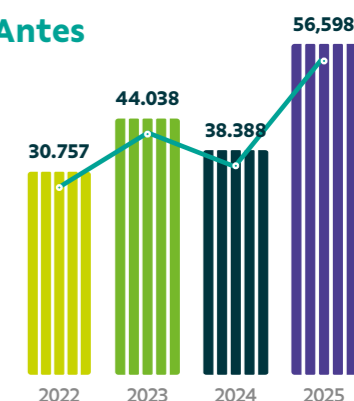
A Receita Bruta relacionada às Operações de Crédito avançou **29,84%** em 2025. Esse desempenho elevou o montante obtido no período para **R\$ 180.764.752**, revelando o fortalecimento da atividade creditícia.

Resultado Bruto Antes das Distribuições Estatutárias

Em milhares de reais



Evolução de **84%** no período.



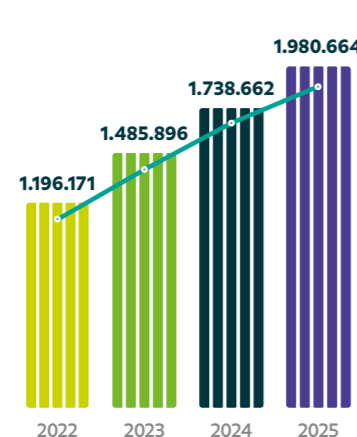
O Resultado Bruto apurado antes das distribuições previstas em estatuto alcançou **R\$ 56.598.166** em 2025, representando uma evolução significativa de **47,43%** em comparação ao exercício anterior.

Evolução do Ativo

Em milhares de reais



Evolução de **66%** no período.



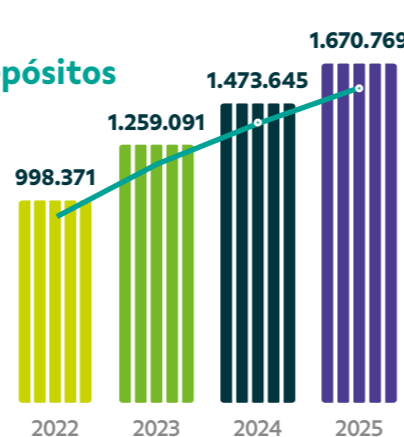
Os Ativos do Sicoob Crediguaçu mantiveram trajetória de expansão. Em 2025, o total alcançou **R\$ 1.980.664.003**, resultado que representa um avanço de **13,91%** frente ao consolidado no ano anterior.

Evolução da Carteira de Depósitos

Em milhares de reais



Evolução de **67%** no período.



A Carteira de Depósitos apresentou expansão significativa de **26,11%** na comparação com 2024, evidenciando maior volume de recursos aplicados pelos cooperados em modalidades à vista e a prazo. O total acumulado chegou a **R\$ 1.670.769.883**.



Resultado do Exercício

No exercício de 2025, o Sicoob Crediguaçu registrou sobra bruta de **R\$ 56,598** milhões. Desse valor, foram destinados **R\$ 17,845** milhões ao pagamento de juros ao capital, **R\$ 3,426** milhões ao PPR dos colaboradores, **R\$ 13,092** milhões ao Fundo de Reserva Legal, **R\$ 1,454** milhão ao Fates e **R\$ 14,544** milhões para atender as exigências de cálculo de provisionamento previstas na Resolução CMN nº 4.966/2021. Após estas deduções, resultou uma sobra de **R\$ 6,234** milhões, que serão submetidos à Assembleia Geral para definição de destinação.



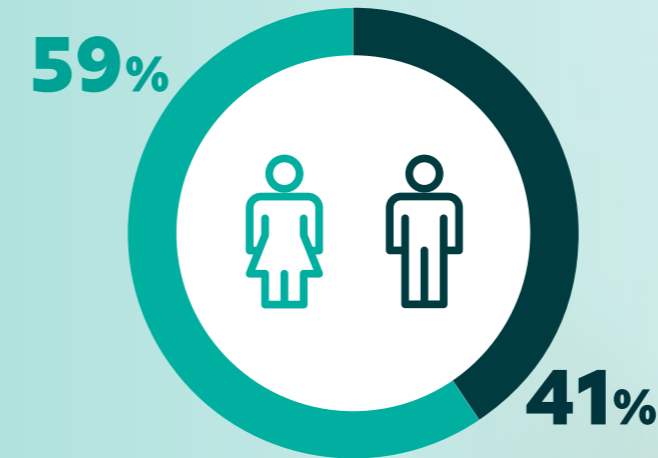
RECEITA BRUTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

A comercialização de soluções como Cartões, Seguros, Consórcios e SIPAG contribuiu para o aumento de **18,74%** na Receita Bruta de Produtos e Serviços. O volume apurado no ano totalizou **R\$ 40.891.012,17**.

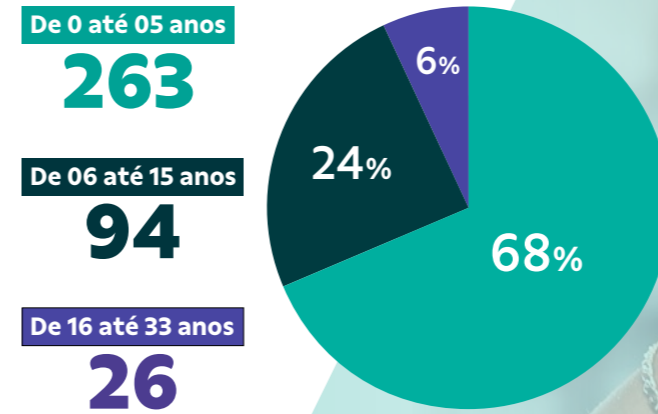
<h3>CARTÕES</h3> <p><i>Em reais</i></p>  <p>A utilização de cartões gerou receita de R\$ 12.531.312 em 2025, alta de 18,42% em relação ao ano anterior. O resultado reflete maior presença do cartão do Sicoob no dia a dia financeiro dos associados.</p>	<h3>COBRANÇA BANCÁRIA</h3> <p><i>Em reais</i></p>  <p>Serviço muito utilizado por empresas, a cobrança bancária rendeu R\$ 6.113.220, crescimento de 4,56% em relação ao ano anterior.</p>	<h3>CRÉDITO CONSIGNADO</h3> <p><i>Em reais</i></p>  <p>O consignado registrou R\$ 154.146, redução de 51,92%, acompanhando a estratégia da Cooperativa de priorizar linhas de crédito próprias, que oferecem condições mais vantajosas aos cooperados.</p>	<h3>CONSÓRCIOS</h3> <p><i>Em reais</i></p>  <p>Os consórcios somaram R\$ 4.890.203, crescimento de 32,60%. O produto segue em expansão, impulsionado pela busca de planejamento financeiro e pelo interesse crescente dos cooperados.</p>
<h3>POUPANÇA</h3> <p><i>Em reais</i></p>  <p>A poupança trouxe R\$ 921.209 em rendimentos para a Cooperativa, alta de 21,12%, impulsionada pelo aumento dos depósitos ao longo do ano.</p>	<h3>PREVIDÊNCIA</h3> <p><i>Em reais</i></p>  <p>Com maior atenção ao planejamento futuro, os cooperados geraram R\$ 154.491 em receita com previdência, crescimento de 26,95%.</p>	<h3>SEGUROS</h3> <p><i>Em reais</i></p>  <p>A busca por proteção financeira garantiu R\$ 6.132.981,49 em receita, avanço de 28,97% no período.</p>	<h3>SIPAG</h3> <p><i>Em reais</i></p>  <p>A modernização das maquininhas e o aumento das transações fizeram a SIPAG render R\$ 9.993.446,74, crescimento de 19,52%.</p>

COLABORADORES ATIVOS

Informações referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.



TEMPO DE CASA:



TOTAL:



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 da cooperativa financeira **SICOOB CREDIGUAÇU**.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. CONTEXTO SICOOB

O Sicoob faz parte do Sistema Financeiro Nacional e é um dos maiores sistemas cooperativos do país. Conta com 9,3 milhões de cooperados, presente em 2.452 mil municípios e 4.685 pontos de atendimento, distribuídos em todo o Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que, em conjunto, oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, entre outros, ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira em que os usuários (cooperados) são donos. Por isso, os resultados financeiros são compartilhados, direta e indiretamente, entre os cooperados, com uma parte destinada a projetos comunitários.

2. SUSTENTABILIDADE

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. NOSSA COOPERATIVA

O SICOOB CREDIGUAÇU é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu públi-

co-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. POLÍTICA DE CRÉDITO

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob São Paulo e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a

competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. SISTEMA DE OUVIDORIA

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 31 de dezembro de 2025, o SICOOB CREDIGUAÇU registrou o total de 50 (cinquenta) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito, operações de crédito e renegociações. Das reclamações, 20 (vinte) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DA COOPERATIVA

Data-base: 31 de dezembro de 2025.

Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	31/12/2025
Sobras ou Perdas*	50.608.796,35

*Do Exercício – antes do Juros ao Capital

Número de cooperados	31/12/2025
Total	48.362

Carteira de Crédito	31/12/2025
Carteira Rural	45.991.716,60
Carteira Comercial	607.739.154,27
Total	653.730.870,87

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 13,98% da carteira, no montante de R\$ 131.243.637,27.

Captações	31/12/2025
Depósitos à vista	351.632.743,13
Depósitos de Poupança	435.715,89
Depósitos a prazo	1.147.280.063,03
LCA	171.421.361,84
Total	1.670.769.883,89

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 9,66% da captação, no montante de R\$ 158.211.081,54.

Patrimônio de referência	31/12/2025
	284.787.683,93

9. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos Cooperados pela confiança e parceria, que nos motivam a buscar sempre a excelência e a inovação. Também agradecemos aos colaboradores pela dedicação e adaptação diante dos desafios, essenciais para alcançarmos resultados sólidos e sustentáveis.

Conselho de Administração e Diretoria.

DESCALVADO-SP, 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos associados e administradores da
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIGUAÇU – SICOOB CREDIGUAÇU

Descalvado – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Crediguaçu – Sicoob Crediguaçu (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Crediguaçu – Sicoob Crediguaçu em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE – INFORMAÇÕES COMPARATIVAS

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras do exercício anterior, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 14 de março de 2025, não continha modificação.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras infor-

mações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 6 de fevereiro de 2026.

MOORE PRISMA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP017256/O-3

ANDRÉ ZERBETTO CHINARELLO
CONTADOR – CRC 1SP335254/O-8

 **MOORE**

Moore Prisma Auditores e Consultores





BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

	Notas	31/12/2025
ATIVO		1.980.664.003,00
DISPONIBILIDADES	5	10.020.796,97
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.878.573.242,48
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	61.908.810,12
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	48.712.341,20
Relações Interfinanceiras	6.6	977.845.998,08
Operações de Crédito	7	653.730.870,87
Outros Créditos	7	203.793.029,94
Outros Ativos Financeiros	9	2.709.141,16
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS	8	(70.126.948,89)
RESULTADOS ABRANGENTES		1.921.402,48
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	1.921.402,48
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		35.965.855,98
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	35.965.855,98
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	10	1.829.403,80
OUTROS ATIVOS	11	18.666.348,08
IMOBILIZADO DE USO	12	50.411.584,32
INTANGÍVEL	13	890.486,89
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		(17.615.118,00)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	12	(16.727.072,99)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	13	(888.045,01)
TOTAL DO ATIVO		1.980.664.003,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.980.664.003,00
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.706.820.367,39
DEPÓSITOS	14	1.499.348.522,05
Depósitos à Vista		351.632.743,13
Depósito de Poupança		435.715,89
Depósitos a Prazo		1.147.280.063,03
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	15	171.421.361,84
Recursos por Emissão de Letras		171.421.361,84
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	16	3.234.929,76
Repasse Interfinanceiros		3.234.929,76
OUTROS PASSIVOS	17	19.601.376,94
Obrigações por Empréstimos e Repasses		1.675.400,17
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.1	313.291,00
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	17.3	3.974.806,67
Outras Obrigações	17.4	13.637.879,10
PROVISÕES	18	13.214.176,80
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	18.3	3.836.835,78
Provisão para Pagamento a Efetuar	18.1	9.250.509,80
Provisão para Contingências	18.2	126.831,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	273.843.635,61
Capital Social		140.184.526,64
Reservas de Sobras		127.424.660,60
Sobras Acumuladas		6.234.448,37
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.980.664.003,00

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		178.011.451,18	322.963.575,90
Resultado de Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	7.4	101.317.375,12	188.969.209,41
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.7 b)	5.500.681,24	12.592.703,67
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.7 a)	620.962,64	623.243,73
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5. a)	70.572.432,18	120.778.419,09
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	(88.510.195,06)	(157.761.106,05)
Operações de Captação no Mercado	14.2	(88.414.355,71)	(157.638.047,83)
Operações de Empréstimos e Repasses		(95.839,35)	(123.058,22)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		89.501.256,12	165.202.469,85
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(15.304.522,32)	(28.344.639,68)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		74.196.733,80	136.857.830,17
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(38.714.374,18)	(82.250.868,17)
Rendas de Tarifas Bancárias	22	1.624.627,44	3.224.211,19
Receitas de Prestação de Serviços	23	17.950.737,35	33.426.504,29
Despesas de Pessoal	24	(32.418.612,66)	(63.086.403,97)
Outras Despesas Administrativas	25	(25.075.259,30)	(48.503.007,67)
Despesas Tributárias	26	(454.555,96)	(1.114.530,11)
Outras Despesas Operacionais	27	(9.780.619,60)	(21.004.389,93)
Outras Receitas Operacionais	28	9.439.308,55	14.806.748,03
PROVISÕES	29	(288.180,54)	(299.480,47)
Provisões/Reversões para Contingências		(37.031,22)	(125.331,22)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(251.149,32)	(174.149,25)
RESULTADO OPERACIONAL		35.194.179,08	54.307.481,53
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	30	312.594,84	168.708,68
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		35.506.773,92	54.476.190,21
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		199.338,36	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		133.109,27	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		66.229,09	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(3.426.342,29)	(3.867.393,86)
SOBRAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		32.279.769,99	50.608.796,35

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	32.279.769,99	50.608.796,35
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	32.279.769,99	50.608.796,35

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2024		119.896.749,36	(576.585,87)	114.262.357,87	7.657.601,81	241.240.123,17
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	4	-	-	-	(14.544.462,08)	(14.544.462,08)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:	19.3					
Aumento de capital com sobras		7.593.586,20	-	-	(7.657.601,81)	(64.015,61)
Outros Eventos/Reservas		-	-	69.961,16	-	69.961,16
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		9.812.342,73	(125.435,38)	-	-	9.686.907,35
Por Devolução (-)		(12.814.083,09)	-	-	-	(12.814.083,09)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	2.563.028,00	2.563.028,00
Sobras do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	50.608.796,35	50.608.796,35
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	19.6	-	-	-	(17.845.867,71)	(17.845.867,71)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido		16.397.952,69	-	-	-	16.397.952,69
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	19.5 a)	-	-	13.092.341,57	(13.092.341,57)	-
FATES – Atos Cooperativos	19.5 b)	-	-	-	(1.454.704,62)	(1.454.704,62)
Saldos em 31/12/2025		140.886.547,89	(702.021,25)	127.424.660,60	6.234.448,37	273.843.635,61
Saldos em 30/06/2025		127.717.418,35	(739.547,82)	114.261.984,24	3.784.564,28	245.024.419,05
Outros Eventos/Reservas		-	-	70.334,79	-	70.334,79
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		4.678.503,13	37.526,57	-	-	4.716.029,70
Por Devolução (-)		(7.907.326,28)	-	-	-	(7.907.326,28)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	2.563.028,00	2.563.028,00
Sobras do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	32.279.769,99	32.279.769,99
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(17.845.867,71)	(17.845.867,71)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido		16.397.952,69	-	-	-	16.397.952,69
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	13.092.341,57	(13.092.341,57)	-
FATES – Atos Cooperativos		-	-	-	(1.454.704,62)	(1.454.704,62)
Saldos em 31/12/2025		140.886.547,89	(702.021,25)	127.424.660,60	6.234.448,37	273.843.635,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	35.506.773,92	54.476.190,21
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	(3.742.627,99)	(3.742.627,99)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	(2.848.683,28)	(5.839.670,80)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	15.304.522,32	28.344.639,68
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	251.149,32	174.149,25
Provisões/Reversões Não Operacionais	1.459.998,62	1.460.092,47
Provisões/Reversões para Contingências	37.031,22	125.331,22
Atualização de Depósitos em Garantia	(9.902,78)	(17.116,31)
Depreciações e Amortizações	2.759.512,66	5.180.388,91
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	48.717.774,01	80.161.376,64
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(63.830.212,60)	(63.485.383,35)
Títulos e Valores Mobiliários	55.983.537,99	73.106.824,39
Relações Interfinanceiras	(435.715,89)	(435.715,89)
Operações de Crédito	(45.228.868,98)	(30.473.537,18)
Outros Ativos Financeiros	(1.466.843,63)	(29.305.423,08)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(1.214.220,92)	(714.978,91)
Outros Ativos	(5.233.414,08)	(16.818.136,63)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos à Vista	14.524.122,44	(1.563.058,76)
Depósitos a Prazo	128.840.036,13	191.318.926,84
Outros Depósitos	435.715,89	435.715,89
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	(23.896.367,40)	6.932.543,37
Relações Interfinanceiras	2.100.668,29	2.891.405,12
Obrigações por Empréstimos e Repasses	345.587,13	1.675.400,17
Outros Passivos Financeiros	(40.828,46)	(40.491,94)
Provisões	-	(581.278,31)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	1.886.802,39	1.005.402,27
Outros Passivos	(32.324.880,13)	(17.139.660,93)
FATES – Atos Cooperativos	(1.454.704,62)	(1.454.704,62)
Reversão/Realização de Fundos	2.563.028,00	2.563.028,00
Imposto de Renda Pago	49.287,56	-
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	80.320.503,12	198.078.253,09
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	2.848.683,28	5.626.945,80
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo	-	212.725,00
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	3.742.627,99	3.742.627,99
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.492.939,64)	(4.166.373,08)
Aquisição de Investimentos	(10.845.771,56)	(12.656.234,84)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.747.399,93)	(7.240.309,13)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	4.716.029,70	9.686.907,35
Devolução de Capital aos Cooperados	(7.907.326,28)	(12.814.083,09)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	-	(64.015,61)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido	16.397.952,69	16.397.952,69
Outros Eventos/Reservas	70.334,79	69.961,16
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	13.276.990,90	13.276.722,50
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	87.850.094,09	204.114.666,46
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	899.580.985,07	783.316.412,70
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	987.431.079,16	987.431.079,16
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	87.850.094,09	204.114.666,46

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em Reais (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cooperativa de Crédito Crediguaçu - Sicoob Crediguaçu**, doravante denominado **Sicoob Crediguaçu**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **25/05/1992**, filiada à **Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo** e componente do **Sistema de Cooperativas Singulares e Centrais**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O Sicoob Crediguaçu, sediado à **Rua Conselheiro Antonio Prado, nº 544, Centro, Descalvado - SP**, possui: 37 Postos de Atendimento (PAs), nas seguintes localidades: São Carlos - SP, Porto Ferreira - SP, Santa Rita do Passa Quatro - SP, Pirassununga - SP, Santa Rosa de Viterbo - SP, Santa Cruz das Palmeiras - SP, Rio Claro - SP, Araras - SP, Leme - SP, Cordeirópolis - SP, Santa Cruz da Conceição - SP, Conchal - SP, Brotas - SP, São Simão - SP, Araraquara - SP, Sorocaba - SP, Itapetininga - SP, Itu - SP, Votorantim - SP, Tatuí - SP, Boituva - SP, Salto - SP, São Roque - SP, Campinas - SP, Limeira - SP, Americana - SP, Indaiatuba - SP, Mogi Guaçu - SP, Analândia - SP, Santa Bárbara D'Oeste - SP, Ibaté - SP, Sumaré - SP, Jundiá - SP e Descalvado - SP.

O Sicoob Crediguaçu tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistêmica e o uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007,

que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às Cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 04/02/2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em Reais.

2.1 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito";

- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação

e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do Sicoob Crediguaçu demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradativa dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Durante o exercício de 2025, as instituições financeiras e Cooperativas de crédito permanecem enquadradas no regime específico para serviços financeiros, nos termos das normas complementares em discussão, não havendo, até a presente data, obrigação de adoção antecipada dos novos tributos.

No período, o Sistema Cooperativo realizou análise preliminar dos potenciais efeitos da nova tributação, considerando:

(i) a manutenção da não incidência sobre atos cooperativos, princípio constitucional preservado;

(ii) eventuais impactos na tributação de atos não cooperativos e receitas acessórias; e
(iii) possíveis adequações operacionais e sistêmicas decorrentes da transição aos novos modelos de apuração.

A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/01/2025 e respeitará o seguinte escalonamento de implementação:

– **1º de janeiro de 2025:** Produção de efeitos para alguns artigos específicos (ex: artigos. 35, 58, 60 §3º, 62, 266, entre outros).

– **1º de maio de 2025:** Produção de efeitos dos artigos 537 a 540 (quatro meses após a publicação).

– **1º de janeiro de 2026:** Produção de efeitos para a maior parte dos dispositivos.

– **1º de janeiro de 2027 a 2033:** Produção de efeitos escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Com base nas informações regulatórias disponíveis até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados efeitos contábeis relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício. A cooperativa continuará acompanhando a regulamentação infraconstitucional e os atos normativos futuros que definirão o tratamento específico aplicável às instituições financeiras e ao cooperativismo de crédito, avaliando eventuais impactos contábeis, operacionais e tributários à medida que forem estabelecidos requisitos definitivos.

Por fim, a Resolução CMN nº 4.966/2021 – Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

3.1 EFEITOS TRIBUTÁRIOS COOPERATIVAS

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025.

3.2 APURAÇÃO DO RESULTADO

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composto pelas disponibilidades e pela Centralização Financeira mantida na Central. São utilizadas pelo Sicoob Crediguaçu para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i) Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;

– e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

ii) Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

iii) Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo

desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

iv) Baixa de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.6 DERIVATIVOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos

3.7 MÉTODO DE TAXA EFETIVA DE JUROS

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações); e
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.8 SUSPENSÃO DOS JUROS (STOP ACCRUAL)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.9 PROVISÃO PARA PERDAS

i) Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de créditos, outros ativos financeiros e exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

ii) Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre a PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa ou o piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

a) Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de pro-

blema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

b) Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplimento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.10 ATIVOS FINANCEIRO COM PROBLEMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando: Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais; – Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

– Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
– Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resulta-

do quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021. Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.11 ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA – RECEBIDOS

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/1919, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

3.12 OUTROS ATIVOS

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.13 IMOBILIZADO DE USO

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens

3.14 INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear.

3.15 VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.16 ATIVOS CONTINGENTES

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.17 DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES POR RECURSOS ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

3.18 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.19 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO – ARRENDATÁRIO

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/21.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de

captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos (o parâmetro definido no IFRS 16 – Arrendamentos, com a referência de US\$ 5.000,00 (cinco mil dólares), multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024) ou com prazo inferior a 12 (doze) meses — considerados de baixo valor ou curto prazo — não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

3.20 TRIBUTOS

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.21 OUTROS PASSIVOS

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.22 PROVISÕES

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.23 SEGREGAÇÃO EM CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 131.305.373,26. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 405.149.008,87. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 240.156.682,40.

3.24 PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autarquia e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

3.25 RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

4. RECONCILIAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS COMPARATIVOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/21:

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024	241.240.123,17
Perda esperada de crédito para operações de crédito	(14.427.706,85)
Perda esperada de crédito para demais ativos financeiros	(167.613,42)
Remensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma (1)	-
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	50.858,19
Patrimônio Líquido conforme a Resolução CMN 4.966/2021 em 1 de janeiro de 2025	226.695.661,09

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	344.829,25	-	344.829,25	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	N/A
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	317.074.025,86	(172.112.852,55)	121.651.552,17	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	(2.438.350,30)	2.270.736,88	(167.613,42)	Custo Amortizado
Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras e Interdependências	773.130.553,70	-	773.130.553,70	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	N/A
Operações de Crédito	Operações de Crédito	641.391.236,21	50.858,19	641.442.094,40	
	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(45.875.521,35)	(15.147.329,09)	(61.022.850,44)	Custo Amortizado
Outros Créditos	Créditos por Avais e Fianças Horados	1.957.583,43	-	1.957.583,43	
	Provisão para perdas esperadas	(1.595.446,87)	(106.172,91)	(1.701.619,78)	
	Provisão para perdas esperadas	(68.422,74)	68.422,74	-	
	Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	-	2.628.081,62	2.628.081,62	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	(80.106,21)	(80.106,21)	
Outros Ativos Financeiros	CPRF	-	172.112.852,55	172.112.852,55	
	Provisão para perdas esperadas	-	(1.716.136,75)	(1.716.136,75)	
	Outros Ativos Financeiros	5.432.561,24	(2.628.081,62)	2.804.479,62	Custo Amortizado
Total Ativos Financeiros		1.689.353.048,43	(14.659.727,15)	1.674.693.321,28	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Depósitos	1.309.156.938,08	-	1.309.156.938,08	Custo Amortizado
	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	164.488.818,47	-	164.488.818,47	Custo Amortizado
	Relações Interfinanceiras	343.524,64	-	343.524,64	Custo Amortizado
Demais Instrumentos Financeiros	Perdas Esperadas – Garantias Financeiras Prestadas	1.484.033,06	(115.265,07)	1.368.767,99	N/A
Total Passivos Financeiros		1.475.473.314,25	(115.265,07)	1.475.358.049,18	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	10.020.796,97	-	10.020.796,97
Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira (a) (Nota 6.6)	977.410.282,19	-	977.410.282,19
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	987.431.079,16	-	987.431.079,16

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SÃO PAULO como determinado no art. 3º da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos em 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
	Rendimentos da Centralização Financeira (Nota 32.2)	70.572.432,18

O Sicoob não constitui provisão para risco de crédito nas operações de centralização financeira, uma vez que o risco de contraparte é integralmente assumido e mitigado no âmbito do próprio sistema cooperativo. Nessas operações, a exposição decorre exclusivamente de relações intrassistêmicas, cuja responsabilidade e capacidade de absorção de riscos estão distribuídas entre as entidades que compõem o Sistema.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.1 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	61.908.810,12	-	61.908.810,12
Demais Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (a)	61.908.810,12	-	61.908.810,12
Títulos e Valores Mobiliários	48.712.341,20	(106.566,86)	48.605.774,34
Títulos Privados de Instituições Financeiras (b)	48.712.341,20	(106.566,86)	48.605.774,34

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média 100% do CDI.

(b) Referem-se às aplicações em Letras Financeiras de Instituições Financeiras com remuneração de 105% do CDI.

6.2 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

Descrição	31/12/2025			
	Valor contábil bruto	Ajuste a Valor Justo	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.921.402,48	-	-	1.921.402,48
Demais Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (a)	1.921.402,48	-	-	1.921.402,48

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média 100% do CDI.

6.3 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários	35.965.855,98	-	35.965.855,98
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a) (Nota 32.2)	32.263.850,97	-	32.263.850,97
Participação em Autorizada Controlada por Cooperativa de Crédito ou Confederação de Serviço (a)	3.699.179,01	-	3.699.179,01
Outras Participações (a)	2.826,00	-	2.826,00

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.4 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS POR FAIXA DE VENCIMENTO

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2025			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Demais Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	63.830.212,60	-	63.830.212,60
TOTAL	-	63.830.212,60	-	63.830.212,60

b) Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	31/12/2025			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Títulos Privados de Instituições Financeiras – No País – Não Ligadas	-	48.712.341,20	-	48.712.341,20
TOTAL	-	48.712.341,20	-	48.712.341,20

6.5 RESUMO DA CARTEIRA CONSOLIDADA POR CATEGORIA DE MENSURAÇÃO

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	110.621.151,32	(106.566,86)	110.514.584,46
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	1.921.402,48	-	1.921.402,48
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	35.965.855,98	-	35.965.855,98

6.6 RELAÇÕES E REPASSES INTERFINANCEIROS

As relações e Repasses Interfinanceiros, classificados ao custo amortizado, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos Transferidos – Centralização Financeira (Nota 5)	977.410.282,19	-	977.410.282,19
Recursos Transferidos – Depósitos de Poupança Rural	435.715,89	-	435.715,89
TOTAL (Nota 32.2)	977.845.998,08	-	977.845.998,08

6.7 RESULTADO DE OPERAÇÕES COM ATIVOS FINANCEIROS

a) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
	Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	620.962,64
TOTAL	620.962,64	623.243,73

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
	Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.500.681,24
TOTAL	5.500.681,24	12.592.703,67

6.8 CLASSIFICAÇÃO POR ESTÁGIO

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	63.830.212,60	-	-
Títulos Privados de Instituições Financeiras	48.712.341,20	-	-
TOTAL	112.542.553,80		

7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil Bruto	Perda Esperada	Valor Contábil Líquido
Operações de Crédito – Custo Amortizado			
Empréstimos	366.805.296,67	(40.683.501,93)	326.121.794,74
Direitos Creditórios Descontados	36.616.062,99	(1.023.265,52)	35.592.797,47
Adiantamento a Depositantes	635.046,74	(370.458,71)	264.588,03
Cheque Especial	90.089.360,61	(11.028.331,26)	79.061.029,35
Financiamentos	113.593.387,26	(6.357.554,65)	107.235.832,61
Financiamentos Rurais	45.991.716,60	(5.703.931,77)	40.287.784,83
Total – Operações de Crédito	653.730.870,87	(65.167.043,84)	588.563.827,03
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito – Custo Amortizados			
Créditos por Avais e Fianças Honrados	2.908.549,88	(2.208.256,29)	700.293,59
CPRF	197.733.867,04	(2.494.421,68)	195.239.445,36
Ativos não Financeiros – Concessão de Crédito	3.150.613,02	(150.660,22)	2.999.952,80
Total – Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	203.793.029,94	(4.853.338,19)	198.939.691,75

7.1 ABERTURA DOS FINANCIAMENTOS RURAIS

Abaixo está demonstrado a abertura dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

Descrição	Valor Contábil Líquido
Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Direcionados à Vista	
Custeio Agricultura – Recursos Direcionados à Vista	2.279.926,23
Custeio Pecuária – Recursos Direcionados à Vista	11.652.935,40
Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Direcionados da Poupança Rural	
Custeio Agricultura – Recursos Direcionados da Poupança Rural	870.396,04
Custeio Pecuária – Recursos Direcionados da Poupança Rural	160.718,61
Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Direcionados de LCA	
Custeio Agricultura – Recursos Direcionados de LCA	2.093.603,63
Custeio Pecuária – Recursos Direcionados de LCA	13.894.960,20
Investimento Agricultura – Recursos Direcionados de LCA	6.634.772,53
Investimento Pecuária – Recursos Direcionados de LCA	2.700.472,19
TOTAL	40.287.784,83

7.2 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR TIPO DE PRODUTO, CLIENTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamentos	Financiamento Rurais	31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	182.449.370,31	33.379.974,22	-	215.829.344,53	33,02%
Setor Privado – Indústria	52.121.604,69	6.072.921,93	-	58.194.526,62	8,90%
Setor Privado – Serviços	175.259.256,21	43.712.167,34	-	218.971.423,55	33,50%
Pessoa Física	74.833.635,36	28.649.285,99	33.902.889,91	137.385.811,26	21,01%
Outros	9.481.900,44	1.779.037,78	12.088.826,69	23.349.764,91	3,57%
TOTAL	494.145.767,01	113.593.387,26	45.991.716,60	653.730.870,87	100,00%

7.3 OPERAÇÕES RENEGOCIADAS

As operações Renegociadas estão assim compostas:

31/12/2025	
Natureza da Operação	Renegociadas
Operações de Crédito	39.739.982,50
TOTAL	39.739.982,50

7.4 RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

As operações Renegociadas estão assim compostas:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	374.051,34	728.625,35
Rendas de Empréstimos	60.906.856,88	111.946.500,46
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.827.067,99	9.495.010,74
Rendas de Financiamentos	10.618.613,05	22.722.287,91
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Livres	158.482,62	1.411.517,95
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados à Vista	236.137,47	241.621,91
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados da Poupança Rural	37.059,67	59.385,04
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados de LCA	2.153.667,94	4.436.917,76
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	36.939,45	76.099,22
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	6.359.359,55	8.220.183,14
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	17.009.068,69	31.780.792,08
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	221.373,77	357.840,02
(-) Operações de Crédito – Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.621.302,83)	(2.507.571,70)
(-) Est. Juros Créditos por Avais e Fianças Honrados	(0,47)	(0,47)
TOTAL	101.317.375,12	188.969.209,41

7.5 CLASSIFICAÇÃO POR ESTÁGIOS

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

Descrição	31/12/2025			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Adiantamentos a Depositantes	-	318.987,20	316.059,54	635.046,74
Direitos Creditórios Descontados	35.027.014,51	188.417,68	1.400.630,80	36.616.062,99
Empréstimos	390.296.183,67	12.913.945,88	53.684.527,73	456.894.657,28
Financiamentos	105.448.698,13	2.444.246,82	5.700.442,31	113.593.387,26
Financiamentos Rurais	36.805.725,78	787.929,32	8.398.061,50	45.991.716,60
Subtotal – Operações de Crédito	567.577.622,09	16.653.526,90	69.499.721,88	653.730.870,87
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	3.150.613,02		2.908.549,88	6.059.162,90
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F) (b)	191.553.140,85	1.742.049,26	4.438.676,93	197.733.867,04
Subtotal – Outros Créditos	194.703.753,87	1.742.049,26	7.347.226,81	203.793.029,94
Total – Operações de Crédito e Outros Créditos	762.281.375,96	18.395.576,16	76.846.948,69	857.523.900,81
Garantias Financeiras Prestadas	63.951.645,00	1.101.810,76	1.316.394,86	66.369.850,62
Total Garantias Financeiras Prestadas	63.951.645,00	1.101.810,76	1.316.394,86	66.369.850,62

(a) Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito são compostas por Créditos por avais e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.
(b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).

7.6 CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR MODALIDADE, MAIORES DEVEDORES E FAIXAS DE VENCIMENTO

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

Modalidade	A Vencer em até 90 Dias	A Vencer Entre 91 a 360 Dias	A Vencer acima de 360 Dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Adiantamentos a Depositantes	36.464,33	-	-	598.582,41	635.046,74
Direitos Creditórios Descontados	31.544.631,70	3.494.570,11	-	1.576.861,18	36.616.062,99
Empréstimos	99.220.703,34	137.445.209,75	200.072.547,02	20.156.197,18	456.894.657,28
Financiamentos	17.011.573,56	39.948.090,89	55.125.853,23	1.507.869,58	113.593.387,26
Financiamentos Rurais	4.939.411,03	25.239.463,82	8.801.274,27	7.011.567,48	45.991.716,60
Garantias Financeiras Prestadas	13.393.577,99	43.982.695,55	8.559.363,41	434.213,67	66.369.850,62
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	520.492,90	1.038.076,96	1.735.582,40	2.765.010,64	6.059.162,90
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	20.052.582,09	77.074.421,28	99.902.367,59	704.496,08	197.733.867,04
TOTAL	186.719.436,94	328.222.528,36	374.196.987,91	34.754.798,22	923.893.751,43

b) Composição dos Maiores Devedores:

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maiores Devedores	12.178.232,74	1,32%
10 Maiores Devedores	82.661.379,96	8,95%
50 Maiores Devedores	211.015.880,87	22,84%

7.7 MOVIMENTAÇÃO EM ESTÁGIOS DAS OPERAÇÃO DA CARTEIRA BRUTA

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Saldo Inicial	773.086.277,32	37.117.874,94	65.159.937,98
(-) Transferido para Estágio 1	-	(11.432.357,61)	(828.643,95)
(-) Transferido para Estágio 2	(12.172.078,47)	-	(86.627,28)
(-) Transferido para Estágio 3	(22.904.687,82)	(10.345.180,10)	-
(+) Transferido do Estágio 1	-	12.172.078,47	22.904.687,82
(+) Transferido do Estágio 2	11.432.357,61	-	10.345.180,10
(+) Transferido do Estágio 3	828.643,95	86.627,28	-
(+) Aquisição	420.514.265,20	5.737.617,96	25.704.278,03
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
(+) Apropriação de Juros	41.638.015,71	964.480,18	756.563,80
(-) Liquidação	(226.249.240,12)	(6.781.162,49)	(27.136.268,80)
(-) Liquidação Parcial	(159.882.853,93)	(6.834.551,62)	(3.708.587,18)
(-) Baixa para prejuízo	(57.678,49)	(1.188.040,09)	(14.947.176,97)
Saldo Final	826.233.020,96	19.497.386,92	78.163.343,55

7.8 CONSOLIDAÇÃO DOS ESTÁGIOS DAS OPERAÇÕES CARTEIRA BRUTA

	875.364.090,24
(+) Aquisição	451.956.161,19
(+) Apropriação de Juros	43.359.059,69
(-) Liquidação	(260.166.671,41)
(-) Liquidação Parcial	(170.425.992,73)
(-) Baixa para prejuízo	(16.192.895,55)
Saldo Final	923.893.751,43

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

Estágio	De 31 a 60 dias de atraso
Estágio 3	3.031.452,56

8 PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

Descrição	31/12/2025			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Adiantamentos a Depositantes	-	(100.848,36)	(269.610,35)	(370.458,71)
Direitos Creditórios Descontados	(150.917,55)	(1.831,89)	(870.516,08)	(1.023.265,52)
Empréstimos	(12.514.357,82)	(1.844.919,71)	(37.352.555,66)	(51.711.833,19)
Financiamentos	(2.124.357,16)	(339.950,37)	(3.893.247,12)	(6.357.554,65)
Financiamentos Rurais	(178.166,44)	(20.441,23)	(5.505.324,10)	(5.703.931,77)
Subtotal – Operações de Crédito	(14.967.798,97)	(2.307.991,56)	(47.891.253,31)	(65.167.043,84)
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	(150.660,22)	-	(2.208.256,29)	(2.358.916,51)
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	(758.487,82)	(85.737,86)	(1.650.196,00)	(2.494.421,68)
Subtotal – Outros Créditos	(909.148,04)	(85.737,86)	(3.858.452,29)	(4.853.338,19)
Títulos e Valores Mobiliários	(106.566,86)	-	-	(106.566,86)
Subtotal – Títulos e Valores Mobiliários	(106.566,86)	-	-	(106.566,86)
Total – Operações de Crédito, Outros Créditos e TVM	(15.983.513,87)	(2.393.729,42)	(51.749.705,60)	(70.126.948,89)
Garantias Financeiras Prestadas	(448.385,04)	(88.235,53)	(849.975,69)	(1.386.596,26)
Total Garantias Financeiras Prestadas	(448.385,04)	(88.235,53)	(849.975,69)	(1.386.596,26)

8.1 MOVIMENTAÇÃO EM ESTÁGIOS DAS PROVISÕES

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Provisão Inicial	(15.348.203,48)	(6.278.209,24)	(44.263.076,45)
(+) Transferido para Estágio 1	-	12.932.320,49	12.932.320,49
(+) Transferido para Estágio 2	536.047,35	-	1.060.562,69
(+) Transferido para Estágio 3	1.535.030,55	32.024.812,64	-
(-) Transferido do Estágio 1	-	(11.645.480,75)	(11.645.480,75)
(-) Transferido do Estágio 2	(2.707.100,00)	-	(5.195.138,11)
(-) Transferido do Estágio 3	(650.817,64)	(29.177.076,96)	-
(-) Constituição Novas Operações	(8.083.680,90)	(749.142,75)	(17.481.177,15)
(-) Constituição Aumento de Provisão	(2.769.549,60)	(945.240,65)	(21.945.465,84)
(+) Reversão Total	3.696.691,23	826.262,51	1.413.521,06
(+) Reversão Parcial	7.353.652,08	272.981,14	18.851.774,34
(+) Baixa para prejuízo (Provisão)	6.031,50	256.808,62	13.672.478,43
Provisão Final	(16.431.898,91)	(2.481.964,95)	(52.599.681,29)

8.2 CONSOLIDAÇÃO DOS ESTÁGIOS DAS PROVISÕES

	(65.889.489,17)
(-) Constituição Novas Operações	(26.314.000,80)
(-) Constituição Aumento de Provisão	(25.660.256,09)
(+) Reversão Total	5.936.474,80
(+) Reversão Parcial	26.478.407,56
(+) Baixa para prejuízo (Provisão)	13.935.318,55
Provisão Final	(71.513.545,15)

8.3 DESPESA COM PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Reversões de Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	116.694,83	166.974,90
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	26.446.804,81	52.892.506,19
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	1.967.477,08	3.533.390,89
Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	(100.482,54)	(105.928,34)
Provisões para Operações de Crédito	(38.956.033,67)	(75.773.469,12)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(2.328.743,31)	(6.607.874,68)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(2.450.239,52)	(2.450.239,52)
TOTAL	(15.304.522,32)	(28.344.639,68)

9 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (Nota 9.1)	2.224.681,05	-	2.224.681,05
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 9.3)	-	223.541,84	223.541,84
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.2)	260.918,27	-	260.918,27
TOTAL	2.485.599,32	223.541,84	2.709.141,16

9.1 RENDAS A RECEBER

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênio	94.715,57	-	94.715,57
Rendas de Cartões	1.229.255,34	-	1.229.255,34
Rendas de Domicílio Bancário	781.652,86	-	781.652,86
Rendas de Poupança	65.357,16	-	65.357,16
Rendas de Transações Interfinanceiras	48.886,00	-	48.886,00
Outras Rendas a Receber	4.814,12	-	4.814,12
TOTAL	2.224.681,05	-	2.224.681,05

9.2 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber – Aluguel SIPAG 2.0	247.668,27	-	247.668,27
Títulos de crédito a receber sem características de concessão de crédito	13.250,00	-	13.250,00
TOTAL	260.918,27	-	260.918,27

9.3 DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Devedores por Depósito em Garantia (Nota 18.4)	-	223.541,84	223.541,84
TOTAL	-	223.541,84	223.541,84

10 ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	1.133.712,84	-	1.133.712,84
CSLL não compensado no próprio exercício	599.640,45	-	599.640,45
ISS – imposto s/serviços – a compensar	26,21	-	26,21
PIS – a compensar	14.805,21	-	14.805,21
IOF – a compensar	22,18	-	22,18
INSS – a compensar	159,19	-	159,19
Valores a restituir – PERDCOMP	6.525,33	-	6.525,33
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	73.523,70	-	73.523,70
Imposto de Renda a Recuperar	988,69	-	988,69
TOTAL	1.829.403,80	-	1.829.403,80

11 OUTROS ATIVOS

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	184.620,07	-	184.620,07
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	9.062,30	-	9.062,30
Devedores Diversos – País (Nota 11.1)	275.371,90	-	275.371,90
Ativos em Estoque	24.630,00	-	24.630,00
Ativos não Financ. Mantidos para Venda – Recebidos (Nota 11.2)	-	20.588.890,81	20.588.890,81
(-) Prov. Dev. Ativos não Financ. Mantidos para Venda – Rec. (Nota 11.2)	-	(2.904.831,86)	(2.904.831,86)
Despesas Antecipadas (Nota 11.3)	488.604,86	-	488.604,86
TOTAL	982.289,13	17.684.058,95	18.666.348,08

11.1 DEVEDORES DIVERSOS – PAÍS

Em Devedores Diversos – País estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	272.659,65	-	272.659,65
Diferença de Caixa	1.380,00	-	1.380,00
Outros Devedores Diversos	1.332,25	-	1.332,25
TOTAL	275.371,90	-	275.371,90

11.2 ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA – RECEBIDOS

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos em pagamento de operações de crédito com associados, não destinados a uso próprio e não estão sujeitos a depreciação ou correção.

Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

11.3 DESPESA ANTECIPADAS

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

31/12/2025				
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	
Prêmios de Seguros	203.189,20	-	203.189,20	
Software	108.754,09	-	108.754,09	
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	176.661,57	-	176.661,57	
TOTAL	488.604,86	-	488.604,86	

12 IMOBILIZADO DE USO

Os montantes do Imobilizado de Uso estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)	-	(100.848,36)	(269.610,35)	(370.458,71)
Terrenos	-	(1.831,89)	(870.516,08)	(1.023.265,52)
Edificações	4%	(1.844.919,71)	(37.352.555,66)	(51.711.833,19)
Instalações	10% – 42%	(339.950,37)	(3.893.247,12)	(6.357.554,65)
Móveis e equipamentos de Uso	10% – 20%	(20.441,23)	(5.505.324,10)	(5.703.931,77)
Veículos	20%	(2.307.991,56)	(47.891.253,31)	(65.167.043,84)
Ativo de Direito de Uso – Arrendatário (b)	20% – 33%	-	(2.208.256,29)	(2.358.916,51)
TOTAL		50.411.584,32	(16.727.072,99)	33.684.511,33

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Celebramos contratos de arrendamento que são registrados como Ativo de Direito de uso no ativo imobilizado. As obrigações estão registradas em Passivo de Arrendamento nota 17.2.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício. Não foram identificados no exercício de 2025 eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

13 INTANGÍVEL

Os montantes do Intangível estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Sistemas de Processamento De Dados	10% – 20%	890.486,89	(888.045,01)	2.441,88
TOTAL		890.486,89	(888.045,01)	2.441,88

14 DEPÓSITOS

Os montantes do Intangível estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	
Custo Amortizado				
Depósitos à Vista (a)	351.632.743,13	-	351.632.743,13	
Depósitos de Poupança	435.715,89	-	435.715,89	
Depósitos a Prazo (b)	1.139.482.152,15	7.797.910,88	1.147.280.063,03	
TOTAL	1.491.550.611,17	7.797.910,88	1.499.348.522,05	

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Concentração pactuada para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

14.1 CONCENTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS DEPOSITANTES

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maiores Depositante	19.815.376,97	1,21%
10 Maiores Depositantes	105.640.292,60	6,44%
50 Maiores Depositantes	256.576.074,80	15,64%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

14.2 DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO DE MERCADO

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Despesas de Poupança	(2.608,86)	(2.608,86)
Despesas de Depósitos a Prazo	(74.758.927,02)	(132.601.743,74)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(12.437.904,38)	(22.711.772,54)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.214.915,45)	(2.321.922,69)
TOTAL (Nota 21)	(88.414.355,71)	(157.638.047,83)

15 OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

15.1 RECURSOS POR EMISSÕES DE LETRAS

31/12/2025			
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA	170.636.694,36	784.667,48	171.421.361,84
TOTAL	170.636.694,36	784.667,48	171.421.361,84

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 21 – Despesas com operações de captação de mercado.

16 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

São mensuradas ao custo amortizado e demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. A garantia oferecida é a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados.

16.1 REPASSES INTERFINANCEIROS

31/12/2025			
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	1.055.428,37	2.848.196,99	3.903.625,36
(-) Despesas a Apropriar – Recursos do Banco Sicoob	(23.359,66)	(645.335,94)	(668.695,60)
TOTAL	1.032.068,71	2.202.861,05	3.234.929,76

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 9,4% ao ano, com vencimento até 26/09/2033.

16.2 DESPESAS DE OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Instituições	2º sem/25	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob (Nota 21)	(83.130,22)	(108.077,37)
TOTAL	(83.130,22)	(108.077,37)

17 OUTROS PASSIVOS

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, são compostos assim:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 17.2)	504.501,16	1.170.899,01	1.675.400,17
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 17.1)	313.291,00	-	313.291,00
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (Nota 17.3)	3.974.806,67	-	3.974.806,67
Outras Obrigações (Nota 17.4)	13.637.879,10	-	13.637.879,10
TOTAL	18.430.477,93	1.170.899,01	19.601.376,94

17.1 COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMBELHADOS

A Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados, são assim registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito – IOF	294.969,98	-	294.969,98
Municipais	3.756,36	-	3.756,36
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.564,66	-	14.564,66
TOTAL	313.291,00	-	313.291,00

17.2 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Passivo de Arrendamento	504.501,16	1.170.899,01	1.675.400,17
TOTAL	504.501,16	1.170.899,01	1.675.400,17

a) Os pagamentos dos contratos de arrendamentos estão registrados em passivo de arrendamento e reconhecidos o direito de uso no ativo imobilizado, demonstrado na nota 12, abaixo o reconhecimento das despesas.

b) Despesa com Arrendamento – Arrendatário

Descrição	31/12/2025	
	2º sem/25	31/12/2025
Despesa de Depreciação de Direito de Uso – Arrendatário (Nota 12)	(95.719,19)	(301.833,49)
Despesa Financeira – de Juros Passivo de Arrendamento – Arrendatário (Nota 21)	(12.709,13)	(14.980,85)
TOTAL	(108.428,32)	(316.814,34)

17.3 OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	125.933,46	-	125.933,46
Impostos e Contribuições sobre Salários	2.089.270,92	-	2.089.270,92
Outros (a)	1.759.602,29	-	1.759.602,29
TOTAL	3.974.806,67	-	3.974.806,67

a) A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre Aplicações Financeiras	743.954,24	-	743.954,24
ISSQN a Recolher	39.840,11	-	39.840,11
IRRF sobre Juros ao Capital	975.807,94	-	975.807,94
TOTAL	1.759.602,29	-	1.759.602,29

17.4 OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os saldos de outras obrigações, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	11.251.201,06	-	11.251.201,06
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (c)	545.662,93	-	545.662,93
Credores Diversos – País (b)	1.769.737,19	-	1.769.737,19
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	64.557,60	-	64.557,60
Recursos em Trânsito de Terceiros	6.720,32	-	6.720,32
TOTAL	13.637.879,10	-	13.637.879,10

a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	3.426.342,29	-	3.426.342,29
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	5.955.449,05	-	5.955.449,05
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	1.869.409,72	-	1.869.409,72
TOTAL	11.251.201,06	-	11.251.201,06

a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está substanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a deter-

minação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se

31/12/2025			
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	20,00	-	20
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	200.546,40	-	200.546,40
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	227.132,19	-	227.132,19
Diferença de Caixa	8.584,78	-	8.584,78
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	349.491,97	-	349.491,97
Pendências a Regularizar	660.267,32	-	660.267,32
Desconto Folha Pgto – Crédito Consignado	111.746,89	-	111.746,89
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	197.142,49	-	197.142,49
Outros Credores Diversos – País	14.805,15	-	14.805,15
TOTAL	1.769.737,19	-	1.769.737,19

c) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

18 PROVISÕES

31/12/2025			
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (Nota 18.3)	3.836.835,78	-	3.836.835,78
Provisão para Pagamento a Efetuar (Nota 18.1)	9.250.509,80	-	9.250.509,80
Provisão para Contingências (Nota 18.2)	-	126.831,22	126.831,22
TOTAL	13.087.345,58	126.831,22	13.214.176,80

18.1 PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

A Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

31/12/2025			
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	5.973.104,67	-	5.973.104,67
Custos de Transações Interfinanceiras	75.694,41	-	75.694,41
Seguro Prestamista	691.018,45	-	691.018,45
Despesas com Cartões	529.440,32	-	529.440,32
Valores a Pagar – Domicílio Bancário	680.547,79	-	680.547,79
Segurança e Vigilância	296.727,02	-	296.727,02
Manutenção e Conservação de Bens	192.646,72	-	192.646,72
Transporte	72.009,58	-	72.009,58
Seguro	85,9	-	85,9
Compensação	121.800,02	-	121.800,02
Aluguéis	122.345,62	-	122.345,62
Outras Provisões para Pagamentos a Efetuar	495.089,30	-	495.089,30
TOTAL	9.250.509,80	-	9.250.509,80

18.2 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

a) Composição da Provisão para Contingências

31/12/2025	
Descrição	Provisão para Contingências
Trabalhistas	50.000,00
Cíveis	76.831,22
TOTAL	126.831,22

b) Depósitos Judiciais – Ativo

31/12/2025	
Descrição	Depósitos Judiciais
Cíveis (Nota 9.3)	223.541,84
TOTAL	223.541,84

c) Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	311.192,26	-	311.192,26
Constituição da provisão (Nota 29)	82.531,22	55.000,00	137.531,22
Reversão da provisão (Nota 29)	(7.200,00)	(5.000,00)	(12.200,00)
Utilização durante o exercício	(309.692,26)	-	(309.692,26)
Atualização durante o exercício	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	76.831,22	50.000,00	126.831,22

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Crediguaçu, em 31 de dezembro de 2025, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 374.998,18. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18.3 PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros estão registradas:

31/12/2025			
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	2.450.239,52	-	2.450.239,52
Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.386.596,26	-	1.386.596,26
TOTAL	3.836.835,78	-	3.836.835,78

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	66.275.054,39
Outras Fianças Bancárias	94.796,23
TOTAL	66.369.850,62

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	140.184.526,64
Associados	48.362

19.2 FUNDO DE RESERVA LEGAL

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2025 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 69.961,16.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

19.3 SOBRAS ACUMULADAS OU PERDAS ACUMULADAS

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada no primeiro semestre de 2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, artigo 44 da Lei nº 5.764/1971 e artigo 17 da Lei Complementar 130/2009, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2024 da seguinte forma:

• 100% para Conta Capital, no valor de R\$ 7.657.601,81.

19.4 DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS E LEGAIS

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Gera.

Em atendimento à Resolução CMN 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em reservas patrimoniais, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valores
Sobra Líquida do Exercício 31/12/2025	32.762.928,64
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	32.762.928,64
Absorção de FATES	2.563.028,00
Efeito do ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966/21 (Nota 4)	(14.544.462,08)
Base de cálculo das destinações	20.781.494,56
Destinação para o Fundo de Reserva (a)	13.092.341,57
Destinação para o FATES – atos cooperativos (b)	1.454.704,62
Sobra à disposição da Assembleia Geral	6.234.448,37

a) 63% para o Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 7% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

No exercício de 2025, a reversão do FATES foi registrada antes das destinações legais e estatutárias.

20 RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receita de Prestação de Serviços	8.152.379,67
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(658.460,29)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(2.153.294,19)
Resultado Operacional	5.340.625,19
Receitas (despesas) Não Operacionais Líquidas	168.708,68
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	5.509.333,87
IRPJ/CSLL	-
Deduções de Receitas com Associados – Res. Sicoob 129/16 e 145/16 (a)	(5.800.044,50)
Resultado de Atos Não Cooperativos (prejuízo)	(290.710,63)

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõem a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao FATES de Resultados com Não associados.

21 DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Despesas de Captação (Nota 14.2)	(88.414.355,71)	(157.638.047,83)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 16.2)	(83.130,22)	(108.077,37)
Despesas de Arrendamento (Nota 17.2.b)	(12.709,13)	(14.980,85)
TOTAL	(88.510.195,06)	(157.761.106,05)

22 RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Rendas de Serviços Prioritários – PF	247.815,75	452.516,00
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	150	156
Rendas de Serviços Especiais – PF	1.575,00	2.655,00
Rendas de Outras Tarifas – PJ	1.375.086,69	2.768.884,19
TOTAL	1.624.627,44	3.224.211,19

23 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Rendas de Cobrança	3.188.437,96	6.122.005,59
Rendas por Serviços de Pagamento – Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	2.615.887,79	4.905.786,78
Rendas de Convênios	188.152,35	382.802,40
Rendas de Comissão de Outros Serviços	2.017,52	3.463,45
Rendas de Outros Serviços	565.652,34	1.077.476,60
Rendas de Comissão de Seguros	6.696,42	549.941,75
Rendas de Comissão de Previdência	26.662,87	103.794,63
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	3.832.074,11	6.310.422,81
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	794.813,39	1.611.207,42
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	9.920,00	19.590,00
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	3.598.513,58	6.745.949,69
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	1.496.192,62	2.782.230,03
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	1.625.716,40	2.811.833,14
TOTAL	17.950.737,35	33.426.504,29

24 DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(90.000,00)	(189.918,00)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração (Nota 32.1)	(1.576.283,95)	(3.038.815,91)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(6.578.265,05)	(12.467.022,32)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(6.204.488,11)	(12.132.083,37)
Despesas de Pessoal – Proventos	(17.818.406,57)	(34.944.154,84)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(7.804,65)	(33.841,45)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(143.364,33)	(280.568,08)
TOTAL	(32.418.612,66)	(63.086.403,97)

25 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(519.314,05)	(1.134.319,03)
Despesas de Aluguéis	(2.549.003,49)	(5.137.958,90)
Despesas de Comunicações	(786.772,29)	(1.592.747,25)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(2.158.799,23)	(4.116.495,70)
Despesas de Material	(379.418,34)	(702.528,15)
Despesas de Processamento de Dados	(4.699.748,20)	(9.234.383,74)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(579.923,15)	(1.225.682,40)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(113.452,69)	(191.144,61)
Despesas de Seguros	(183.411,51)	(389.367,70)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.796.745,96)	(3.455.455,91)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.542.738,75)	(2.360.046,42)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(2.158.263,48)	(4.351.447,62)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.734.205,73)	(2.803.260,56)
Despesas de Transporte	(724.524,89)	(1.451.292,08)
Despesas de Viagem no País	(291.846,10)	(648.595,58)
Despesas de Amortização	(4.159,22)	(9.894,02)
Despesas de Depreciação	(2.755.353,44)	(5.170.494,89)
Outras Despesas Administrativas (a)	(2.097.578,78)	(4.527.893,11)
TOTAL	(25.075.259,30)	(48.503.007,67)

a) Outras Despesas Administrativas

Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Livros Jornais e Revistas	(1.884,26)	(4.187,52)
Condomínio	(41.954,56)	(63.949,07)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(661.007,65)	(1.530.610,55)
Copa/Cozinha	(108.596,96)	(226.088,75)
Lanches e Refeições	(211.726,71)	(407.859,66)
Uniformes e Vestuários	(21.429,20)	(21.569,20)
Contribuição a OCE	(94.869,00)	(185.184,00)
Taxas da Junta Comercial	(1.262,01)	(2.007,22)
Marcas e Patentes	(760,74)	(1.471,56)
Sistema Cooperativista	(9.228,30)	(17.663,58)
Mensalidades Diversas	(51.288,85)	(119.663,35)
Rateio de Despesas da Central	(376.281,74)	(745.912,48)
Ações Judiciais	(19.244,03)	(285.630,30)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob – Confederação	(283.419,54)	(572.454,88)
Multas de Trânsito	(239,50)	
Outras Despesas Administrativas	(214.385,73)	(343.640,99)
TOTAL	(2.097.578,78)	(4.527.893,11)

26 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Despesas Tributárias	(84.340,81)	(424.116,72)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(201.741,04)	(363.831,29)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(168.474,11)	(326.582,10)
TOTAL	(454.555,96)	(1.114.530,11)

27 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(6.678.529,47)	(12.271.207,55)
Outras Contribuições Diversas	-	(38.444,90)
Perdas – Fraudes Internas	(34.864,30)	(533.930,23)
Perdas – Fraudes Externas	(10.068,35)	(87.688,68)
Perdas – Demandas Trabalhistas	(4.400,00)	(4.400,00)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	-	(20.363,22)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.061.403,43)	(2.563.028,00)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(1.991.354,05)	(5.485.327,35)
TOTAL	(9.780.619,60)	(21.004.389,93)

28 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	543.337,52	897.870,78
Dividendos	2.776.240,44	5.175.710,53
Distribuição de Sobras da Central	-	212.725,00
Atualização Depósitos Judiciais	9.902,78	17.116,31
Rendas de Repasses Interfinanceiros	-	122.832,83
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	1.646.893,59	3.434.177,85
Juros ao Capital	3.438.314,67	3.438.314,67
Outras Rendas Operacionais	980.748,69	1.462.129,20
Rendas de Aluguéis	43.870,86	45.870,86
TOTAL	9.439.308,55	14.806.748,03

29 DESPESAS COM PROVISÕES

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Provisões para Contingências Trabalhistas (Nota 18.2.c))	-	(55.000,00)
Provisões para Contingências Cíveis (Nota 18.2.c))	(47.731,22)	(82.531,22)
Reversões de Provisões para Contingências Trabalhistas (Nota 18.2.c))	5.000,00	5.000,00
Reversões de Provisões para Outras Contingências (Nota 18.2.c))	5.700,00	7.200,00
Provisões/Reversões para Contingências	(37.031,22)	(125.331,22)
Provisões para Garantias Prestadas	(937.946,43)	(1.700.676,96)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	686.797,11	1.526.527,71
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(251.149,32)	(174.149,25)
TOTAL	(288.180,54)	(299.480,47)

30 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda – Próprios	111.440,73	111.440,73
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda – Recebidos	2.051.963,61	2.051.963,61
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos	762.406,98	3.202.406,98
Ganho de Capital	82.818,85	105.616,79
Outras Rendas não Operacionais	102,03	102,03
Receitas não operacionais	3.008.732,20	5.471.530,14
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(406.941,17)	(571.941,17)
(-) Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(2.222.405,60)	(4.662.405,60)
(-) Perda de Capital	(66.790,59)	(68.380,84)
(-) Descontos Concedidos – Operações Renegociadas	-	(93,85)
(-) Despesas não Operacionais	(2.696.137,36)	(5.302.821,46)
TOTAL	312.594,84	168.708,68

31 RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

32 PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	31/12/2025
Operações Ativas	
Operação de crédito	1.258.883,58
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	10.936,23
Taxa média (a.m.)	
Empréstimos	1,1316%
Financiamentos	0,9443%
Prazo médio (meses)	
Empréstimos	34,02
Financiamentos	42,24
Operações Passivas	
Depósitos	1.910.277,34
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.344.200,77
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)	
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	94,34
Taxa Média - LCA (a.m.)	1,1650%
Prazo Médio Depósitos (meses)	
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	136,37
Prazo Médio - LCA (meses)	7,62
Garantias prestadas	7.882.063,56
Capital social	815.689,15
Remuneração	(3.310.618,36)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração (Nota 24)	(3.038.815,91)
Encargos sociais	(891.002,23)

32.2 COOPERATIVA CENTRAL

O Sicoob Crediguaçu, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à Sicoob São Paulo, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob São Paulo, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Crediguaçu responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com o Sicoob São Paulo.

Descrição	31/12/2025
Operações Ativas	
Ativo – Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira (Nota 6.6)	977.845.998,08
Ativo – Participações de Cooperativas (Nota 6.3)	32.263.850,97
Total de Operações Ativas	1.010.109.849,05
Receitas	31/12/2025
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 5.a))	120.778.419,09

33 ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	Valores
Patrimônio de referência (PR)	284.787.683,93
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.084.429.115,94
Índice de Basileia (mínimo 10,5%)	23,45%

34 GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

34.1 RISCO OPERACIONAL

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação

dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

34.2 RISCO DE CRÉDITO

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de

sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 RISCO DE MERCADO E VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities). Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNI): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAmpl);
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de

acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4; e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

34.4 RISCO DE LIQUIDEZ

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de uma entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

34.5 RISCOS SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:



Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

34.6 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob. O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

34.7 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência

de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

34.8 RISCO CIBERNÉTICO

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças ao ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo. O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

35 SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

DESCALVADO-SP

GUSTAVO BIANCHI IZEPPE
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

GABRIEL BARALDI ZOLLA
CONTADOR 1SP293385

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros efetivos do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIGUAÇU – SICOOB CREDIGUAÇU, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, após examinar os Livros, Documentos, Situação Patrimonial, Demonstrativos das Sobras ou Perdas, as Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Balanços encerrados em 31 de dezembro de 2025, complementados pelas Notas Explicativas e os Esclarecimentos Prestados pela Administração da Cooperativa, além dos trabalhos de auditoria realizada pela empresa Moore Brasil Auditoria Independente, somos de PARECER que as contas apresentadas, estão aptas para deliberação dos cooperados participantes da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Digital – A.G.O. de 2026.

Descalvado, 01 de abril de 2026

CONSELHO FISCAL – MEMBROS EFETIVOS

Paulo Afonso Gabrielli
CPF 772.137.188-00

Edgard Andreazi Moreira
CPF 086.029.898-14

Fernando Antonio Maciel
CPF 027.758.468-07



The logo for SICOOB CREDIGUAÇU features a stylized icon of three overlapping triangles on the left, followed by the text "SICOOB CREDIGUAÇU" in a bold, white, sans-serif font.

SICOOB CREDIGUAÇU



www.crediguacu.com.br